

**Leituras do Leste III:
O Debate sobre a Natureza das Sociedades
e Estados de Tipo Soviético**

(Parte Final:
As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo
de Estado e/ou Burocrático e a Convergência
Problemática no Conceito de Stalinismo)

Luis Fernandes

Este artigo conclui a resenha das principais interpretações sobre a natureza das sociedades e dos Estados que compunham o antigo “campo socialista” no Leste, iniciada no *BIB*, n.º 38. No primeiro artigo da série, examinei as perspectivas teóricas predominantes nos meios acadêmicos ocidentais. No segundo, publicado no *BIB*, n.º 39, analisei três interpretações referenciadas no pensamento marxista: as que afirmaram a natureza socialista dessas sociedades; as que apontavam para a degeneração e/ou deformação burocrática da transição para o socialismo; e as que indicavam a emergência de um novo modo de produção — nem capitalista, nem socialista — nos marcos do qual havia se erigido uma nova dominação de classe. Este artigo dá continuidade ao anterior, examinando as leituras centradas na identificação da (re)emergência do capitalismo no Leste e o refúgio problemático de grande parte das interpretações marxistas no conceito de stalinismo. Ao final, é feito um breve balanço do conjunto de leituras resenhadas nesta série de artigos.

Como no artigo anterior, antes de proceder à análise específica dos autores que identificaram a persistência do capitalismo do Leste, começarei examinando as origens teóricas desse conceito no âmbito do pensamento marxista.

**As Origens Teóricas do Conceito
de Capitalismo de Estado**

Friedrich Engels

A discussão do conceito de “capitalismo de Estado” no âmbito do pensamento marxista remonta a observações de Engels sobre a transformação de certas grandes empresas (sobretudo de transporte e comunicações) em propriedade do Estado nos principais países capitalistas no final do século passado (Engels, 1977, pp. 53-55). Esse desenvolvimento era explicado por ele em função dos elevados graus de centralização e concentração alcançados pela produção nos países capitalistas centrais. Tratar-se-ia de uma tentativa de harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter cada vez mais social (isto é, baseado em trabalho humano coletivo) dos meios de produção. Mas, como o Estado em questão não era mais que “uma organização criada pela sociedade burguesa para defender as condições exteriores gerais do modo capitalista de produção contra os atentados tanto dos operários como dos capitalistas isolados”, a relação capitalista na sociedade não era abo-

lida, mas aguçada (*idem*, pp. 54-55). Seria, enfim, uma forma de “capitalismo de Estado”.

Vladimir I. Lênin

No início deste século, a abordagem de Engels referida acima foi retomada e desenvolvida por Hilferding para fundamentar sua teoria do “capitalismo organizado”, cujos rudimentos podem ser encontrados na sua célebre obra *O Capital Financeiro* (Hilferding, 1985). Mas, seria Lênin o autor marxista a dar maior destaque ao conceito de “capitalismo de Estado”, desde as vésperas da Revolução de 1917 até sua morte, em 1924. Em setembro de 1917, ele indicava que a “dialética da história” havia levado a Primeira Guerra a acelerar extraordinariamente o processo de transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado (Lênin, 1978a, p. 195). Em *O Estado e a Revolução*, escrito na mesma época, ele indicou a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado como um dos traços principais da “época do imperialismo”, resultando no reforço inaudito da máquina do Estado nos países capitalistas centrais (Lênin, 1978b, p. 243).

Após o triunfo da revolução soviética, Lênin continuou argumentando seguidamente sobre a necessidade de se aprender com o capitalismo de Estado alemão (já que este seria a “última palavra” da grande técnica capitalista moderna e da organização planificada) e transplantá-lo, a qualquer custo, para a Rússia, criando, assim, as condições necessárias para o socialismo (Lênin, 1978c, pp. 602-603). Já vimos, no artigo anterior, como Lênin identificava no capitalismo de Estado uma das cinco estruturas econômico-sociais fundamentais existentes na Rússia da época. Ao lançar a Nova Política Econômica — NEP, em 1921, ele defendeu o alargamento do capitalismo de Estado na Rússia soviética nos seguintes termos:

“Voltamos freqüentemente a cair ainda neste raciocínio: ‘o capitalismo é um mal, o socialismo é um bem’. Mas este raciocínio é errado, porque esquece todo o conjunto de estruturas econômi-

co-sociais existentes, abarcando apenas duas delas. O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. O capitalismo é um bem em relação ao medievalismo, em relação à pequena produção, em relação ao burocratismo ligado à dispersão dos pequenos produtores. Uma vez que ainda não temos forças para realizar a passagem direta da pequena produção ao socialismo, o capitalismo é, em certa medida, inevitável, como o produto espontâneo da pequena produção e da troca, e portanto, devemos aproveitar o capitalismo (principalmente dirigindo-o para a via do capitalismo de Estado) como elo intermediário entre a pequena produção e o socialismo, como meio, via, processo ou método de elevação das forças produtivas” (Lênin, 1979c, pp. 508-509).

Em diferentes trabalhos desse período, Lênin identificou cinco componentes fundamentais deste capitalismo de Estado a ser desenvolvido pelo poder soviético:

1. o estabelecimento de concessões, em que forças produtivas eram alocadas a grupos capitalistas privados, russos ou estrangeiros, por um prazo determinado;
2. o arrendamento (aluguel) de forças produtivas a grupos capitalistas privados, também por prazo determinado;
3. a montagem de empresas mistas, associando empresas capitalistas estrangeiras e empresas estatais soviéticas;
4. o pagamento de comissões do Estado a comerciantes privados para comercializar mercadorias;
5. a formação de cooperativas de pequenos produtores com liberdade para comercializar seus excedentes de produção.

Lênin considerava tratar-se de um “capitalismo de Estado” original e diferente do praticado nos países ocidentais, precisamente por se tratar de um capitalismo controlado e regulado pelo Estado operário (Lênin, 1979a, p. 625). Isso permitiria ao poder soviético controlar as concessões, mantendo o capitalismo de Estado dentro de determinados limites e eliminando-o assim que as condições para isto estivessem criadas. Apesar disso, houve muita polêmica na direção do Partido Bolchevique

em relação à caracterização desses componentes.

A Polêmica com Trotsky, Bukharin e Zinoviev

Bukharin inicialmente se opôs à aplicação do conceito de capitalismo de Estado para qualquer setor da sociedade soviética, argumentando que ele só seria válido para a coalizão do Estado burguês com os *trustes* capitalistas (Bukharin, 1979, pp. 133-134). Trotsky também manifestou, em repetidas ocasiões, suas reservas em relação à aplicabilidade do conceito na URSS (Trotsky, 1975; 1987). Em posição diametralmente oposta, Zinoviev e Kamenev argumentaram, após a morte de Lênin, que enquanto persistissem as diferenças entre os trabalhadores e a direção técnica, todas as empresas estatais na União Soviética (inclusive as do chamado “setor socialista”) deveriam ser consideradas como integrantes do capitalismo de Estado (vimos os problemas teóricos com este tipo de enfoque no *BIB*, n.º 39).² A questão foi discutida no XIV Congresso do Partido Bolchevique, no final de 1925, e chegou-se à conclusão de que o conceito de capitalismo de Estado era aplicável à realidade então vivida pela URSS, mas apenas para as relações estabelecidas entre o poder soviético e os setores não-socialistas, com base nos cinco componentes indicados acima

O fato é que relações estabelecidas com grupos capitalistas privados não chegaram a alcançar maiores proporções na sociedade soviética no decorrer dos anos 20. Já no início da aplicação da NEP, isso provocou o comentário bem-humorado de Lênin de que, em relação ao capitalismo de Estado, “as discussões são abundantes, mas as concessões poucas”.³ O setor da pequena produção cooperativizada acabou estabelecendo relações principais com o setor socialista, e não com os demais componentes identificados como pertencentes ao capitalismo de Estado. A maior parte deste setor cooperativizado não empregava trabalho assalariado alheio (não era, portanto, em si, capitalista). Nessas condições, o peso efetivo do capitalismo de Estado na URSS manteve-se

limitado, não correspondendo às expectativas iniciais do próprio Lênin.

Avaliações Social-Democratas nos Anos 1920

Karl Kautsky

No artigo do *BIB*, n.º 39, vimos como Kautsky e os mencheviques consideraram inicialmente a revolução soviética como uma revolução burguesa sustentada pelo campesinato, que só poderia resultar em alguma forma de desenvolvimento capitalista (via transmutação espontânea ou derrota política). Em 1919, Kautsky interpretava as políticas do período do “Comunismo de Guerra” como o estabelecimento, através da “ditadura burocrática”, de um sistema econômico que poderia ser caracterizado como “capitalismo de Estado” (Kautsky, 1973). Para o dirigente da social-democracia alemã, as formas ditatoriais assumidas pelo poder soviético, tanto na política quanto na produção, colocavam os trabalhadores russos na mesma situação em relação aos meios de produção do que os trabalhadores dos países capitalistas. Por isso (numa abordagem precursora dos argumentos que mais tarde viriam a ser adotados por Zinoviev e Kamenev) todo o setor estatal da Rússia soviética deveria ser caracterizado como “capitalista de Estado”. A mudança para a NEP no início dos anos 20 foi interpretada por Kautsky como o reconhecimento do caráter burguês da revolução russa pelos bolcheviques e o seu encaminhamento para formas “clássicas” de capitalismo privado. Assim, numa carta enviada ao dirigente menchevique Rafael Abramovitch, em 1925, ele comentava que “quanto aos desenvolvimentos na Rússia, quase se poderia crer que ‘os rapazes’ [os bolcheviques] se sentem diretamente obrigados a se comportar de forma que nós, em nossa análise, enquanto marxistas, acabamos por ter perfeitamente razão” (Kautsky *apud* Liebich, 1986, p. 353).

A Perspectiva dos Mencheviques

Os mencheviques, por sua vez, nunca aceitaram a caracterização do período do “Co-

munismo de Guerra” como uma forma de capitalismo de Estado. Eles tenderam a caracterizar o poder soviético como um regime utópico que teimava em querer construir o socialismo num país que não reunia as mínimas condições para isso. Por esta razão, suas críticas ao poder soviético, na época, insistiam precisamente na necessidade de este suspender a guerra civil contra os camponeses e reconstruir a indústria capitalista na Rússia, que havia sido destruída pela guerra e pela própria irresponsabilidade do governo bolchevique (Liebich, 1986, p. 347). Eles interpretaram a adoção da NEP como a aceitação envergonhada e não-assumida dessas críticas, que conduziria, assim, a um caminho mais ou menos longo de desenvolvimento capitalista clássico (fundado na propriedade privada) na URSS. A caracterização geral desse período como capitalismo de Estado não era aceita pelos mencheviques, já que a parte estatal da economia soviética era por demais insignificante para poder definir a formação econômico-social existente (Dallin, 1923). Tanto Kautsky quanto as distintas alas dos mencheviques viriam a alterar fundamentalmente essas interpretações à luz da “Grande Virada” de 1928, com a deflagração da industrialização e da coletivização aceleradas na União Soviética. Já acompanhamos a evolução do seu pensamento no artigo do *BIB*, n.º 39.

A Crítica dos Comunistas Conselhistas

Entre os setores anarquistas, alguns autores também associaram a “emergência de uma nova classe dominante” na URSS ao capitalismo de Estado. O escritor e poeta anarquista Voline, que havia participado do movimento Makhnovista na Ucrânia, por exemplo, protestava dizendo que a União Soviética deveria se chamar *União das Repúblicas do Capitalismo de Estado* — URCS em vez de União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS, dado o predomínio do “capitalismo de Estado integral” no seu interior (Voline, 1990, p. 358). Mas, na época, a principal teorização do caráter capitalista da URSS foi produzida pela corrente dos *comunistas conselhistas*, estrutu-

rada sobretudo na Alemanha e na Holanda no período do entreguerras.

A corrente *conselhista* ficou mais conhecida pela crítica dirigida a ela por Lênin, no seu famoso livro *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo* (Lênin, 1979b), do que pelas suas próprias formulações. Embora composta por diferentes organizações e concepções, essa corrente tinha como fundamento a visão da revolução socialista como obra de conselhos operários formados nas fábricas em oposição ao Estado. Na sua concepção, esses conselhos deveriam servir de base para o novo poder político e a nova administração econômica a serem instituídos após o triunfo revolucionário. Por este enfoque, os *conselhistas* eram extremamente críticos da ação político-parlamentar, o que os aproximava dos anarquistas e sindicalistas. Mas, por outro lado, eram áspersos críticos dos sindicatos, os quais concebiam como instrumentos do Estado burguês para dividir os trabalhadores e semear uma mentalidade corporativa. Cabe registrar que o próprio Gramsci foi influenciado por essas idéias no início da sua formação política e teórica, tanto através de reflexões correlatas desenvolvidas por Sorel e Croce, como por seu envolvimento pessoal com o movimento dos conselhos operários em Turim, entre 1917 e 1920 (Gramsci, 1977a e b).

Herman Gorter e Anton Pannekoek

A origem da corrente *conselhista* remonta aos marxistas holandeses Herman Gorter e Anton Pannekoek. Estes pertenciam ao Partido Operário Social-Democrata — SDAP da Holanda, que manteve, originalmente, relações bastante próximas com o movimento anarquista (a ponto do próprio fundador do Partido, Romela Nieuwenhuis, ter se convertido, posteriormente, em líder anarquista). Descontentes com a evolução “direitista” do partido, que culminou no seu apoio à participação holandesa na Primeira Guerra, Pannekoek e Gorter abandonaram o SDAP e formaram um novo Partido Social-Democrata holandês. Pannekoek viveu na Alemanha entre 1906 e 1914, tendo se tornado importante líder da ala esquerda do Partido Social-Democrata alemão.

Pannekoek aclamou inicialmente a revolução russa como realização histórica do projeto *conselhista*, criticando duramente as posições de Kautsky e dos demais dirigentes social-democratas que se posicionavam contra o poder soviético. Mas não tardou em mudar a sua apreciação da obra dos bolcheviques. A centralização do poder de Estado na Rússia e a progressiva subordinação dos soviets ao Partido Bolchevique no transcurso da Guerra Civil o levaram a concluir que o poder soviético havia se transformado em uma ditadura *sobre* a sociedade (e o próprio proletariado). Refletindo sobre a natureza do regime social que emergia na URSS em função desta transformação, ele indicou que o “socialismo de Estado” soviético equivalia, na verdade, a um “capitalismo de Estado” no qual os trabalhadores, assim como no capitalismo da Europa Ocidental, não eram efetivamente proprietários dos meios de produção (Pannekoek, 1970). A nova classe dominante na União Soviética seria uma burguesia que se apropriava coletivamente desses meios de produção (*idem*, 1940).

Investigando as origens *teóricas* desta evolução por parte dos bolcheviques, Pannekoek apontou para problemas na própria base filosófica do pensamento de Lênin que, seguindo a tradição do pensamento marxista russo desde Plekhanov, teria sacrificado a dialética em favor do materialismo (*idem*, 1975). Mas, ao mesmo tempo, enfatizou (contraditoriamente, ao meu ver) que o desfecho “capitalista” da revolução soviética tinha sido determinado, sobretudo, pelas condições de atraso objetivo da sociedade russa — uma interpretação surpreendentemente análoga à do “determinismo estreito” que ele tanto criticava na II Internacional (sobretudo o de Kautsky). Ainda assim, na sua visão, os bolcheviques tinham pelo menos o mérito histórico de ter modernizado a Rússia nos marcos burgueses, introduzindo-a na corrente do progresso mundial.

Karl Korsch e Arthur Rosenberg

Apesar das suas origens holandesas, era na Alemanha que os comunistas *conselhistas* tinham a sua base mais forte ao fim da Primeira Guerra.⁴ Entre os autores alemães associados

à corrente se destacava Karl Korsch, que foi dirigente do Partido Comunista da Alemanha (KPD) até sua expulsão, em 1926. Sua análise do desenvolvimento soviético acompanhou a de Pannekoek. Apesar de dirigida por forças subjetivamente anticapitalistas, a revolução soviética teria sido nada mais do que um movimento de modernização objetivamente burguês e capitalista. O próprio bolchevismo, assim como o marxismo russo de uma maneira geral, teria se transformado na “nova veste ideológica” para a “luta material em favor do êxito do desenvolvimento capitalista na Rússia czarista e feudal” (Korsch *apud* Salvadori, 1986, p. 335). Essa interpretação korschiana influenciou profundamente o historiador alemão Arthur Rosenberg no seu conhecido estudo *História do Bolchevismo*, produzido nos anos 30 (Rosenberg, 1989).

Assim como Pannekoek, Korsch procurou identificar, nos anos 20, as raízes filosóficas da “mudança histórica de função” do marxismo russo. Na sua opinião, ela estava relacionada com o desprezo pela filosofia no próprio marxismo clássico a partir de 1848, em favor de um tratamento separado da economia, da política e da ideologia (Korsch, 1970). Isso teria resultado em uma incorporação enviesada do marxismo no início do século XX, marcada pelo “produtivismo” e pela análise isolada da política. Assim, a “filosofia revolucionária materialista” de Lênin, combinada com sua “política revolucionária jacobina”, o teria impedido de ver a “verdade histórica” de que “a sua revolução estava condenada a ser uma sucessora tardia das grandes revoluções burguesas do passado” (Korsch, 1975b, pp. 117-118, tradução minha). O próprio Korsch, não obstante, viria a se afastar progressivamente da teoria marxista a partir de meados dos anos 30. No pós-Guerra, chegou até mesmo a classificar as tentativas do seu resgate como “utopias reacionárias” (Korsch *apud* Bottomore, 1988, p. 209).

O KAPD Alemão

O principal partido *conselhista* na Alemanha logo após a Primeira Guerra, no entanto,

não era o KPD de Korsch, mas o Partido Operário Comunista da Alemanha — KAPD. Formado a partir de uma cisão do recém-criado KPD em 1920, o KAPD chegou a se tornar membro provisório da III Internacional (na qual pretendia estruturar uma “oposição revolucionária”). Sua oposição à adoção da NEP e à repressão da rebelião de Kronstadt na Rússia, no entanto, colocou-o em rota de colisão com o Partido Bolchevique. O partido foi duramente combatido no III Congresso da Internacional Comunista, em meados de 1921. O KAPD acabou se dissolvendo numa plêiade de grupos em 1922, não sem antes fundar uma “TV Internacional Comunista Operária” (KAI), que tampouco vingou. Essa KAI justificou sua fundação argumentando que, desde a primavera de 1921, “o Partido Bolchevique — o qual exerce a sua ditadura sobre a Rússia — passou ao capitalismo, passou imediatamente a exercer pressão sobre a III Internacional no sentido de um retorno ao capitalismo, a III Internacional tornou-se, de fato, capitalista e burguesa” (KAI, 1975, pp. 169-170). Caracterizações análogas a estas viriam a ser desenvolvidas mais tarde pelo comunista dissidente Amadeo Bordiga na Itália (Bordiga, 1966) e também por alguns setores próximos ao grupo oposicionista “Centralismo Democrático” no Partido Bolchevique (Ciliga, 1940; 1951).

Otto Rühle e Paul Mattick

Um dos comunistas *conselhistas* mais hostis ao poder soviético na Alemanha era Otto Rühle. Este havia sido enviado como representante do KAPD ao II Congresso da III Internacional em Moscou, em julho de 1920, mas retirou-se em protesto, antes mesmo do seu início (o que lhe valeu a expulsão do KAPD após seu retorno à Alemanha). Essa hostilidade e a caracterização da URSS como “capitalista de Estado” foram mantidas e desenvolvidas por Rühle nos anos 30 (Rühle, 1932), culminando, às vésperas da Segunda Guerra, com sua definição do poder soviético como um “regime burguês” que havia servido de modelo para o totalitarismo fascista. Por isso, na sua opinião, “a luta contra o fascismo

deveria começar pela luta contra o bolchevismo” (Rühle *apud* Salvadori, 1986, p. 336).

No pós-Guerra, a tese *conselhista* sobre o capitalismo de Estado na URSS foi reafirmada de maneira mais consistente por Paul Mattick, no seu livro *De Keynes a Marx*, de 1969 (Mattick, 1969b). Para ele, a socialização da produção levada a cabo na URSS representaria apenas uma forma de “nacionalização do capital como capital” (*idem*, p. 322). Embora tivesse eliminado a propriedade privada, os meios de produção permaneceriam com o caráter de capital por serem controlados pelo governo, em vez de por toda a sociedade. Em função disso, o sistema social existente nas sociedades de tipo soviético no Leste era uma forma de capitalismo de Estado que operava de maneira diversa do capitalismo “ortodoxo” no Ocidente.

Os Trotskistas Dissidentes

Raia Dunaievskaja e C. L. R. James

No âmbito da dissidência formada entre os colaboradores e seguidores de Trotsky nos anos 30 (vista no *BIB*, n.º 39), alguns autores identificaram o modo de produção originário da “degeneração do Estado operário” na URSS como uma reedição do capitalismo de Estado (e não um sistema radicalmente novo, como propunham Rizzi, Burnham e Schachtman). Vimos, no artigo anterior, que um dos precursores dessa interpretação foi o trotskista inglês R. Worrall, com o qual Hilferding polemizou em 1940. A tese de Worrall foi desenvolvida de maneira mais sistemática, no início dos anos 40, por Raia Dunaievskaja, antiga secretária de Trotsky. Referenciada nas análises de Marx que identificavam a dominação do trabalho vivo pelo trabalho morto (objetificado/acumulado) no capitalismo, ela caracterizava o “fetichismo da propriedade estatal” na URSS como uma extensão do “fetichismo das mercadorias” (Dunaievskaja, 1966, pp. 5-8). O produtivismo da burocracia soviética resultaria numa forma deturpada de planejamento, governada pela lógica de pagar ao trabalhador o mínimo necessário para sua subsistência e extrair dele o máximo possível de mais-valia. Em outras palavras, a economia soviética seria

governada pela lei do valor e sustentada por relações capitalistas de produção (*idem*, 1964).

O antigo colaborador de Schachtman, C. L. R. James, acompanhou Dunaievskaja nessas posições, formando com ela um grupo dissidente no âmbito da IV Internacional, que ficou conhecido pelos pseudônimos usados por ambos — “Forrest-Johnson” (Dunaievskaja-James). Ambos viriam a desenvolver relações muito próximas com o grupo *Socialismo ou Barbárie* na França (cujas posições examinaremos mais adiante). James fundamentou sua posição em reflexões desenvolvidas por Marx nos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, em que este argumenta que a propriedade privada era consequência do trabalho alienado, e não o contrário (Marx, 1989, p. 169). A persistência da alienação do trabalho na URSS, portanto, seria o fundamento das condições de escravidão assalariada e da miséria das massas, que, por sua vez, gerariam a burocratização massiva do Estado. Segundo James, o gigantesco mecanismo burocrático erguido na União Soviética “confronta o trabalhador individual com todas as consequências econômicas e políticas do capitalismo” (James, 1964, p. 28).

Tony Cliff

O esforço mais sistemático surgido no âmbito do pensamento trotskista para fundamentar a predominância do capitalismo de Estado nos países do Leste foi desenvolvido por Tony Cliff (1974). Ele integrava o Partido Comunista Revolucionário, seção inglesa da IV Internacional no imediato pós-Guerra. Influenciado pelo debate que havia surgido no movimento trotskista norte-americano, ele preparou, em 1948, um texto de discussão para o Partido intitulado *A Natureza da Rússia Stalinista*, no qual defendia a tese de que esta havia se convertido numa forma de capitalismo de Estado. Acabou sendo expulso da organização em 1950. Na Guerra da Coreia, Cliff se opôs à posição de defesa da Coreia do Norte e da China adotada pela IV Internacional, argumentando que ambas (junto com a URSS) eram formações sociais de capitalismo de Estado e que, portanto, seu confronto com a

Coreia do Sul e os Estados Unidos deveria ser considerado um conflito “interimperialista” (Bellis, 1979, p. 115). Nos anos 50, ele manteve contato estreito com Schachtman nos Estados Unidos, reproduzindo muitas das suas análises (apesar de discordar da sua caracterização da formação social existente na URSS como um “novo modo de produção”).

A análise de Cliff parte da mesma posição crítica em relação a Trotsky formulada anteriormente por Schachtman: se os trabalhadores não estão com o controle do Estado, isto significa que eles deixaram de ser a classe dominante e a URSS não podia mais ser considerada um “Estado operário”. Ele também registra que, ao reconhecer a necessidade de uma nova “revolução política” na URSS, Trotsky se encaminhava para essa mesma conclusão. Sua evolução nessa direção teria sido contida, no entanto, pela existência, no seu pensamento, de duas definições contraditórias sobre a natureza do Estado operário: a primeira exigia a existência efetiva de mecanismos e instituições de controle dos trabalhadores sobre o poder de Estado; a segunda, contraditória com a anterior, considerava as formas de propriedade independentemente das relações de produção, e concebia o caráter operário do poder político como mera decorrência da predominância de formas não-privadas (isto é, estatais) de propriedade (Cliff, 1974, pp. 266-269).

Tendo descartado, assim, a caracterização de Trotsky, Cliff partiu para a reelaboração da tese da prevalência do capitalismo de Estado nos Estados do Leste. Ele localizou sua emergência na URSS, a partir das transformações implementadas pelo Primeiro Plano Quinquenal (iniciado em 1928). Seria neste período que, pela primeira vez, a burocracia soviética procurou criar um proletariado e acumular capital rapidamente. No processo que se seguiu, segundo Cliff, todos os resquícios de controle operário foram destruídos; a coerção substituiu a convicção no processo de trabalho; e a classe operária foi atomizada via o embotamento de toda a vida social em um molde totalitário (*idem*, p. 153). A partir de então, o

rendimento da burocracia passou a ser constituído, em larga escala, de *mais-valia* (*idem*, p. 81).

Apesar de reconhecer que, vista isoladamente, era impossível identificar a regulação da economia soviética pela lei do valor (característica básica do capitalismo), Cliff insistiu que essa regulação seria imposta à URSS através das suas relações econômicas com o sistema capitalista mundial. Como os fluxos de capital e as relações comerciais entre a União Soviética e os países capitalistas foram drasticamente reduzidos precisamente no período identificado por Cliff como o da gênese do “capitalismo de Estado”,⁵ ele foi obrigado a resgatar a tese de Schachtman sobre o desenvolvimento de uma “economia armamentista permanente” na URSS, identificando nesta a forma específica assumida pela lei do valor do sistema capitalista mundial na economia soviética (Cliff, 1957). Assim, no curioso capitalismo de Tony Cliff, a competição militar teria transformado os “valores de uso” na meta principal da produção capitalista (*idem*, 1974, p. 214). As origens intelectuais dessa interpretação remontam, na verdade, ao conceito de “capitalismo organizado” desenvolvido décadas antes por Hilferding.⁶

O Grupo *Socialismo ou Barbárie*

Nos anos 40, o movimento trotskista na França sofreu uma cisão análoga à que já vinha se processando nos Estados Unidos. No imediato pós-Guerra, um grupo se formou no interior do Partido Comunista Internacionalista — PCI francês questionando a caracterização da União Soviética mantida pela organização (e pela IV Internacional à qual estava filiada). A referência central para a constituição desse grupo foi um artigo publicado no *Boletim Interno* do PCI, em 1946, por um militante de origem grega, Cornelius Castoriadis, em que este argumentava contra a identificação da URSS como um “Estado operário degenerado” (Castoriadis, 1973a). Em 1948, Castoriadis e sua tendência (da qual fazia parte, também, Claude Lefort) romperam com a organização trotskista e fundaram um grupo político chamado *Socialismo ou Barbárie*, que

passou a publicar uma revista com o mesmo nome (que circulou até 1965).

Cornelius Castoriadis

A caracterização do regime social soviético tornou-se, desde o início, a preocupação teórica central da revista estruturada em torno de Castoriadis. Suas reflexões iniciais procuravam resgatar o pensamento de Marx contra as formulações de Trotsky. O editor de *Socialismo ou Barbárie* seguiu os passos de Rizzi e Schachtman ao enfatizar a necessidade de se diferenciar as *formas jurídicas* da propriedade das *relações reais de produção* na URSS, bem como ao afirmar a indissociabilidade do poder político e do poder social no Estado operário. Mas ele avançou em relação a ambos ao criticar Trotsky por opor conceitualmente “modo de repartição” a “relações de produção”. Segundo Castoriadis, estas duas dimensões também seriam indissociáveis no pensamento de Marx. Por isso, a compreensão trotskista da contradição entre relações de produção socialistas e normas de distribuição burguesas como base do fenômeno burocrático na União Soviética não faria sentido.⁷ Pelo contrário, como as “relações de repartição” eram determinadas sem ambigüidade pelas “relações de produção” em qualquer “modo de produção”, a natureza da sociedade soviética poderia ser deduzida da forma pela qual o produto social era repartido no seu interior (Castoriadis, s./d., p. 20). Esse foi, precisamente, o ponto de partida para a sua caracterização alternativa da URSS.

Analisando as normas de repartição adotadas na sociedade soviética, Castoriadis indica que, nos primeiros anos pós-revolucionários, as remunerações elevadas oferecidas a especialistas e técnicos eram concebidas como concessões necessárias, mas transitórias. Em seguida, no entanto, teria se instalado uma dinâmica de “autocriação” de privilégios pela burocracia, que resultou na cristalização e “castificação” desta. Isso teria resultado numa diferenciação de rendimentos sem qualquer relação com o valor fornecido, ou seja, numa relação de *exploração* (extração de *mais-valia*) dos trabalhadores pela burocracia (que se erigia, assim, em nova classe dominante). Se-

gundo Castoriadis, essa burocracia teria retirado à massa dos trabalhadores a possibilidade de exercer a mínima influência sobre a direção da economia e da sociedade em geral, passando ela mesma a dispor por completo dos meios de produção (tornando-se, portanto, proprietária efetiva dos mesmos). As relações entre a burocracia e o proletariado teriam se transformado, assim, em relações *de classe*: a burocracia disporia dos meios de produção e os operários sem ter outra opção a não ser vender a sua força de trabalho. As condições desta “venda”, no entanto, seriam piores do que as do capitalismo clássico, pois os trabalhadores não teriam direito sequer à “liberdade formal/jurídica”. A dominação/exploração dos trabalhadores soviéticos, assim, se assemelharia mais à “neo-escravidão” capitalista praticada pelo totalitarismo nazi-fascista (*idem*, pp. 78-80).

Nos seus primeiros trabalhos, Castoriadis simplesmente traçava analogias entre a dominação/exploração que ele identificava na URSS com a dos países capitalistas, sem chegar a caracterizar a sociedade soviética em si como capitalista. Nos anos 50, no entanto, ele já classificava os Estados de tipo soviético como países de “capitalismo burocrático” (Castoriadis, 1985b, p. 81). Mais tarde, ele cunhou a expressão “capitalismo burocrático total” para caracterizar os países do Leste, distinguindo-os do “capitalismo burocrático fragmentado” que se constituía no Ocidente (*idem*, p. 191). Um dos marcos distintivos deste “capitalismo burocrático total” seria o de ter apagado por completo a distinção entre a esfera pública “civil” e a esfera estatal, reduzindo a um mínimo “biológico” a própria esfera “privada”. No início dos anos 80, após a invasão soviética do Afeganistão, ele indicou estar emergindo, nos marcos do “capitalismo burocrático total” da URSS, uma nova sociedade *stratocrática* (isto é, dominada não pelo Partido, mas pelas Forças Armadas).

Vale registrar que Castoriadis não imputou esse desfecho às condições de atraso enfrentadas pela revolução russa. Numa abordagem próxima à de Burnham, ele argumentou que a emergência do capitalismo burocrático

na URSS expressava as tendências mais profundas da produção moderna, como a grande concentração das forças produtivas; o deslocamento da propriedade privada como fundamento do poder político; o aparecimento de enormes aparelhos burocráticos de direção no âmbito das empresas; a fusão dos monopólios com o Estado; a crescente regulação estatal da economia etc. Tudo isso estaria deslocando o eixo estruturador das classes sociais no mundo contemporâneo da divisão social entre *proprietários* e *não-proprietários*, para a divisão entre *dirigentes* e *executantes* no processo de produção (*idem*, p. 81). No caso da União Soviética, teria concorrido para a “degeneração da revolução”, igualmente, a ideologia “produtivista” e “dirigista” de Lênin e do Partido Bolchevique, ideologia esta que, por sua vez, expressava concepções já predominantes nas obras do Marx “maduro” (Castoriadis, 1985a). Estas reflexões marcaram o progressivo afastamento de Castoriadis do pensamento marxista a partir de meados dos anos 50 (numa trajetória semelhante à de Karl Korsch), embora ele tenha se mantido politicamente próximo das perspectivas socialistas *conselhistas* discutidas anteriormente.

Claude Lefort

Claude Lefort manteve relações bastante atribuladas com Castoriadis no decorrer dos anos 50, tendo se afastado e reaproximado seguidamente do grupo *Socialismo ou Barbárie* até romper definitivamente com este em 1958.⁸ Apesar destas divergências, Lefort se apoiou nas teses do antigo companheiro de militância trotskista para desenvolver as suas próprias reflexões sobre os Estados de tipo soviético. Como ele, Lefort associou a emergência de uma nova classe dominante na URSS a um processo de acelerada concentração do capital nesse país, consubstanciado na expulsão dos antigos proprietários, na fusão dos monopólios num novo complexo produtivo e na subordinação dos trabalhadores a uma nova direção centralizada da economia. Assim como Burnham, ele indicou que esta evolução *econômica* marcaria o coroamento de um processo que se manifesta por toda a parte no

mundo capitalista contemporâneo, com a constituição de poderosos monopólios e a crescente intervenção do Estado na vida econômica e social. Do ponto de vista *estritamente econômico*, portanto, as transformações no Leste representariam a passagem de um tipo de apropriação a outro — a do capitalismo de Estado⁹ (Lefort, 1977, p. 177). Mas Lefort insistiu, igualmente, na necessidade de ir além da análise isolada da economia para captar a *especificidade política* dos Estados de tipo soviético.

Segundo ele, a emergência do capitalismo de Estado nas sociedades do Leste teria por base um movimento duplo e combinado de transformação do Estado em sociedade civil e de expulsão dos capitalistas privados pelo capital. Desta forma, ter-se-ia realizado a integração de todas as esferas da sociedade nesses países, abolindo a antiga divisão entre Estado e sociedade civil. Mas, ao contrário da via esperada e preconizada originalmente por Marx, esta abolição não teria se efetuado através da afirmação da comunidade, mas sob a forma “monstruosa” do *totalitarismo* (*idem*, pp. 128-129). Este, por sua vez, teria introduzido nessas sociedades uma nova separação social ainda mais profunda do que a que existia antes, opondo um Estado impenetrável (mas que a tudo penetra) de um lado, à sociedade que ele pretende expressar (mas a quem nega qualquer iniciativa ou responsabilidade), de outro.

A origem desse fenômeno seria o próprio partido totalitário, que concentrou nas suas mãos todos os poderes, se identificou com o Estado e, enquanto Estado, subordinou a si todas as outras instituições e escapou a todo controle social (ao mesmo tempo em que sufocava todas as oposições no seu interior). Sua gênese, portanto, remeteria a desenvolvimentos políticos no período da Guerra Civil na URSS, entre 1918 e 1920. Segundo Lefort, a grande diferença desse período para a época de Stalin era a de que, na primeira, ainda havia uma tensão entre a natureza já essencialmente “totalitária” do Partido e as considerações subjetivas dos seus dirigentes que compreendiam

as medidas “totalitárias” como mera resposta emergencial e provisória a uma conjuntura desfavorável e difícil; ao passo que na segunda, como esta “dor de consciência” já não existia mais, o totalitarismo teve curso livre para se desenvolver na URSS (*idem*, pp. 114-115).

Essas reflexões de Lefort sobre as sociedades de tipo soviético — baseadas em uma preocupação teórica principal com a dimensão política — serviram de ponto de partida para o desenvolvimento de suas reflexões posteriores sobre os fenômenos burocráticos (Lefort, 1979) e totalitários (1981). Neste desenvolvimento, ele também viria a romper política e teoricamente com o pensamento marxista, mas sua evolução se encaminhou mais para o *liberalismo tout court* do que para o *socialismo libertário* de Castoriadis.

Teses Maoístas e Pós-Maoístas

A Cisão do Movimento Comunista nos Anos 60

Por mais intelectualmente sofisticadas que tenham sido, as teses que identificavam a prevalência do capitalismo de Estado e/ou burocrático nos países do Leste tiveram impacto apenas marginal nos movimentos *políticos* de orientação marxista até os anos 60. Essa realidade só foi substancialmente alterada com a incorporação dessa tese por setores do próprio movimento comunista internacional polarizados pelo PC Chinês no final dessa década, e sua rápida disseminação por diferentes grupos de inspiração *maoísta* formados no rastro das rebeliões estudantis e juvenis da época.

Antes dos chineses, a Liga dos Comunistas da Iugoslávia já havia adotado essa caracterização em certos períodos dos anos 50, mas de forma inconstante e intermitente segundo as flutuações da política exterior iugoslava (Lapenna, 1965). Com a normalização das relações entre a Iugoslávia e a URSS no final dos anos 50, essa classificação foi abandonada. Esse período marca justamente, por outro lado, a deterioração das relações entre o PCUS e o PC Chinês. As diferenças entre os dois partidos — que vinham se desenvolvendo de forma

encoberta desde a reunião dos partidos governantes do campo socialista realizado em Bucareste, em 1957 — vieram a público na Conferência de 81 Partidos Comunistas e Operários realizada em Moscou, em 1960, e culminaram na ruptura entre os dois partidos (e na cisão do movimento comunista), em 1963. Em 1969, as relações estatais entre a URSS e a China nos marcos dessa cisão haviam se deteriorado tanto que ambos chegaram à beira de um confronto armado.¹⁰

As Críticas do PC Chinês e do PT da Albânia

No início da polêmica, a crítica do Partido chinês às posições oficiais soviéticas estava concentrada em questões teóricas (condenação das teses do PCUS sobre o Partido e o Estado “de Todo o Povo” como antimarxistas), estratégicas (não aceitação dos princípios da “transição pacífica para o socialismo” e da “coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais diferentes” como base da linha geral do movimento comunista) e históricas (crítica à unilateralidade da condenação de Stalin por Krushev). Nesse período, o PC Chinês criticava a direção do Partido e do Estado soviéticos por se afastarem de posições marxistas e revolucionárias (ou seja, por terem se tornado “revisionistas” e “reformistas”), mas não colocava em dúvida a natureza socialista da URSS — o máximo que fazia era alertar que as posições dos dirigentes soviéticos “abriam o caminho” para a restauração do capitalismo.¹¹

A segunda metade dos anos 60, no entanto, registraria uma mudança fundamental nessa apreciação. O marco dessa mudança parece ter sido a saudação enviada por Mao Tsetung ao V Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, em novembro de 1966, na qual afirmava que “a União Soviética, a Iugoslávia e os outros países onde o poder está nas mãos dos revisionistas modernos mudaram ou estão a mudar de cor”.¹² No ano seguinte, inúmeros artigos foram publicados em diferentes órgãos da imprensa chinesa apontando para a “conversão da propriedade socialista na URSS em empreendimentos capitalistas nas mãos de um

estrato burguês privilegiado, e de amplos setores do povo trabalhador em escravos assalariados forçados a vender a sua mão-de-obra” (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1968, p. 4).¹³ Após a invasão da Checoslováquia em 1968, além de capitalista, a União Soviética passou a ser caracterizada também como “social-imperialista” — isto é, “socialista em palavras e imperialista na essência” (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1970). Na base dessa transformação estaria um processo através do qual:

“Desde que a clique revisionista renegada soviética usurpou o Partido e o poder de Estado na União Soviética, o estrato burguês privilegiado expandiu enormemente o seu poder econômico e político e ocupou a posição dominante no Partido, no governo, no exército assim como nos campos econômico e cultural. Deste estrato emergiu uma classe capitalista monopolista burocrática, isto é, um novo tipo de grande burguesia que domina toda a maquinaria do Estado e controla toda a riqueza social. Usando o poder de Estado sob o seu controle, esta classe capitalista monopolista burocrática de novo tipo transformou a propriedade socialista em propriedade dos defensores da via capitalista e transformou a economia socialista em uma economia capitalista, em uma economia capitalista monopolista de Estado” (*idem*, p. 15).

Segundo esta interpretação, portanto, o marco *político* da constituição desta nova “grande burguesia burocrática” foi a consolidação de Krushev na direção do Estado soviético em 1956/7. O Partido do Trabalho da Albânia acompanhou estes posicionamentos,¹⁴ assim como a maior parte dos partidos e organizações comunistas alinhados com o PC Chinês na época. Baseados nesta caracterização, tanto o governo chinês quanto o governo albanês erigiram em pedra angular das suas respectivas políticas externas a luta contra “as duas superpotências” (o “imperialismo norte-americano” e o “social imperialismo soviético”). Em meados dos anos 70, no entanto, a liderança da China, orientada pela chamada “Teoria dos Três Mundos”, passou a caracterizar a União Soviética como “inimiga principal” no Primeiro Mundo, e a se alinhar abertamente com as posições do governo norte-americano nas principais disputas internacionais.¹⁵ A

oposição da liderança albanesa a essa evolução culminou na ruptura entre os dois Partidos e Estados em 1977/8, em uma espécie de reedição em miniatura da própria cisão sino-soviética quinze anos antes.

Apesar de ocupar posição tão crucial na sua formulação política, nem o partido chinês nem o albanês desenvolveram uma análise mais global, profunda e objetiva das transformações fundamentais que teriam ocorrido nas relações de produção e na estrutura econômico-social da URSS no período em questão, para justificar a sua alegada conversão de país “socialista” em “capitalista”. Os documentos do PC Chinês, em particular, primaram por fazer declarações axiomáticas sobre o caráter capitalista da União Soviética (em geral, baseadas em citações de Mao Tsetung), seguidas de enxertos de exemplos isolados de diferentes facetas da vida econômico-social nesse país (sobretudo a persistência de elevadas diferenças de remuneração) como “comprovação” dessa caracterização. A liderança albanesa produziu alguns trabalhos mais robustos do ponto de vista teórico, mas ainda assim carentes se uma análise global empiricamente fundamentada (Pano, 1975; Hashorva, 1981).

A identificação da natureza capitalista da URSS por seus críticos comunistas parece, assim, ter sido muito mais fruto do *subjetivismo* — isto é, da transposição forçada de uma crítica política e ideológica aos seus dirigentes para a caracterização da sua formação econômico-social — do que de uma análise séria, objetiva e abrangente do desenvolvimento das relações sociais no seu interior. Este subjetivismo atingiu o seu ápice em formulações teóricas produzidas no auge do *maoísmo* na China (do início da Revolução Cultural, em 1966, à queda da “Gangue dos Quatro”, dez anos depois), em que se chegava a afirmar que a linha política e ideológica adotada pelos diretores de cada empresa determinariam a que classe ela pertencia (e, conseqüentemente, a sua natureza “capitalista” ou “socialista” (Chunchiao, 1975, p. 10).

Charles Bettelheim e Bernard Chavance

Coube a intelectuais simpáticos ao maoísmo no Ocidente procurar formular uma fundamentação mais global e profunda da tese do PC Chinês sobre a “restauração do capitalismo” na URSS. A principal obra gerada por esse esforço foram os quatro volumes da coleção *A Luta de Classes na União Soviética* produzidos pelo economista francês Charles Bettelheim (1976, 1978, 1982 e 1983). Cabe registrar, também, as reflexões do seu principal colaborador, Bernard Chavance (1980, 1981 e 1983). A evolução do pensamento de Bettelheim ao longo da produção da sua obra fundamental sobre o tema é, de fato, interessante e reveladora.

O ponto de partida da sua interpretação foi, uma vez mais, a afirmação da necessidade de distinguir as “relações reais de classe” das “relações jurídicas de propriedade” na sociedade soviética. Não deixa de ser irônica a incorporação desse enfoque por Bettelheim, já que a afirmação da mesma abordagem no texto clássico de Castoriadis publicado duas décadas antes (Castoriadis, s./d.) se apoiou justamente num ataque duro e violento ao economista francês, qualificado de “apologista da exploração burocrática” em função das análises que desenvolveu em um livro anterior sobre a planificação soviética (Bettelheim, 1939). O fato é que a incorporação dessa abordagem por Bettelheim se deu em linhas muito mais próximas às do próprio Castoriadis do que das análises “oficiais” chinesas e albanesas desenvolvidas até então — sua preocupação teórica principal se voltou para o exame dos mecanismos de controle efetivo do processo de produção existentes na URSS, e não das diferenças de remuneração.

Esta abordagem foi complementada por uma crítica (análoga à que foi feita anteriormente por Schachtman) ao economicismo das análises que insistiam em examinar as formas econômicas soviéticas isoladas das suas formas políticas (*idem*, 1971a, p. 17). O viés maoísta da elaboração desta crítica por Bettelheim se expressou na sua indicação da *orien-*

tação ideológica dos dirigentes como definidora da natureza de classe do poder político. Assim, a ascensão de representantes de “forças sociais burguesas” à liderança do Estado e do Partido em um país socialista alteraria, imediata e automaticamente, o caráter de classe do Estado, da propriedade nacionalizada e do próprio planejamento neste, convertendo-o de “proletário” em “burguês” (*idem*, 1971b, p. 43).

Fundamentando esta compreensão estava a identificação da persistente divisão social entre funções de direção e de execução, da separação entre trabalho manual e intelectual, das diferenças entre cidade e campo e entre operários e camponeses etc., como base objetiva para a existência de classes exploradoras no próprio socialismo (*idem*, 1976, p. 25). Na ausência de uma liderança política capaz de dirigir corretamente a luta de classes contra estas “formas capitalistas da divisão do trabalho” e as demais “relações sociais burguesas”, a reprodução continuada da separação dos produtores diretos dos seus meios de produção implicaria — mesmo com a eliminação jurídica da propriedade privada — na predominância de relações capitalistas de produção e na conversão coletiva dos que ocupam postos de comando no aparelho de estado em uma “burguesia capitalista” (*idem*, 1971b, p. 59). Com base nessa referência teórica, desenvolvida em uma série de trabalhos publicados em 1968 e 1969, Bettelheim concluiu que, sob a capa da propriedade estatal, existiam na União Soviética relações de exploração semelhantes às que existem nos países capitalistas ocidentais, embora a forma da existência dessas relações assumisse o caráter particular do capitalismo de Estado.¹⁶

A obra *A Luta de Classes na União Soviética* foi idealizada originalmente (em 1969) como uma análise histórica de fundamentação da tese maoísta da restauração do capitalismo na URSS após a ascensão política de Kruschchev. No prefácio do primeiro volume da obra, publicado em 1974, no entanto, ele já indicava que a restauração capitalista da década de 60 fora apenas a culminação de um processo deflagrado nos anos 20. Ao concluir o segundo

volume da obra, em 1977, ele afirmava que a “nova burguesia” soviética havia sido constituída (e o capitalismo de Estado implantado) nos marcos da coletivização forçada e da industrialização acelerada do primeiro plano quinquenal (entre 1928 e 1932). Nos dois últimos volumes da obra, publicados no início dos anos 80, ele concluiu, por fim, que, apesar das intenções subjetivas dos seus dirigentes, a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia não havia passado de uma nova forma de revolução burguesa, orientada para a industrialização rápida do país em bases capitalistas.

Assim, de tanto criticar o “economicismo”, Bettelheim acabou com uma compreensão da revolução soviética idêntica à que havia sido desenvolvida em 1918 pelo “economicista-mor” da II Internacional, Karl Kautsky! Não deixa de ser curioso, igualmente, o fato de esta linha de interpretação ter sido resgatada, no período final da *perestroika*, por intelectuais muito próximos do núcleo central do poder na URSS, que passaram a caracterizar o regime econômico-social anterior às reformas de Gorbachev como uma forma de “capitalismo monopolista de estado”.¹⁷

A Perspectiva do Sistema-Mundo

Uma outra linha de argumentação que sustentou a natureza capitalista das sociedades de tipo soviético foi a que destacou a integração subordinada destas ao sistema (capitalista) mundial como elemento determinante do seu desenvolvimento. Do ponto de vista metodológico, esta linha de interpretação parte do enfoque do sistema mundial para examinar a evolução das realidades nacionais (substituindo, assim, o marco predominantemente nacional das análises anteriores). As teses de Max Schachtman e Tony Cliff, vistas anteriormente, foram, sem dúvida, precursoras desta abordagem (sobretudo ao enfatizar a imposição de uma “economia armamentista permanente” à sociedade soviética pelo sistema capitalista mundial). Mas sua inspiração mais direta vem de outras fontes intelectuais que ganharam corpo nos anos 60 e 70: a Teoria da Dependência (ou, para usar a designação preferida por

Fernando Henrique Cardoso, as “análises concretas de situações de dependência” (Cardoso, 1970) e a análise de *longue durée* do capitalismo histórico desenvolvida por Fernand Braudel.¹⁸ O “mundialismo metodológico” destes enfoques foi incorporado e ampliado por Immanuel Wallerstein ao desenvolver a sua “análise dos sistemas-mundo” (*world systems analysis*).¹⁹

Immanuel Wallerstein

Wallerstein não se ocupou centralmente dos Estados e sociedades de tipo soviético, mas a evolução destes foi explicitamente incorporada à sua teorização sobre a formação e o desenvolvimento da “economia-mundo” capitalista. Seguindo os passos de Paul Baran (1977) e Andre Gunder Frank (1967, 1969), ele rompeu com a visão “nacional-segmentada” das teorias dominantes da modernização dos anos 50 e 60 (em especial a de Walt Rostow, que comentamos no artigo do *BIB*, n.º 38) e apresentou como opção metodológica alternativa uma visão histórica de conjunto do sistema mundial, baseada na perspectiva hegeliano-marxista da *totalidade*. Nesta base, Wallerstein identificou a emergência de uma “economia-mundo” capitalista centrada na Europa no século XV e acompanhou, ao longo das suas principais obras, o processo histórico pelo qual este “sistema-mundo” conquistou e integrou o conjunto do globo nos seus marcos (Wallerstein, 1974-1988, 1974 e 1979). Segundo ele, este processo teria passado por quatro grandes fases:

1. *de 1450 a 1640* — surgimento da economia-mundo capitalista, abarcando as regiões do globo dominadas pelas potências da Europa Ocidental;
2. *de 1640 a 1730* — período de retração provocado por uma prolongada depressão, com predomínio de práticas mercantilistas e o surgimento de um Estado hegemônico no sistema (a Inglaterra);
3. *de 1730 a 1917* — período da revolução industrial, em que o sistema-mundo europeu desbancou todos os sistemas-mundo concorrentes e passou a abarcar todo o globo;

4. *de 1917 até hoje* — período de consolidação do sistema-mundo capitalista e de ascensão de movimentos anti-sistêmicos.

A integração sistêmica mundial alcançada neste desenvolvimento seria tamanha que a compreensão e/ou explicação de fenômenos e desenvolvimentos específicos no interior deste “sistema-mundo” capitalista só seria possível a partir da lógica e das exigências do sistema como um todo. Justamente por isto, Wallerstein optou por empregar o termo “economia-mundo” em vez de “economia mundial” para caracterizar esse sistema, já que o último termo ainda se basearia na noção (para ele, inválida) da junção de economias nacionais separadas (Wallerstein, 1984c).

Cabe ressaltar que todo o argumento de Wallerstein se baseia numa compreensão da natureza do capitalismo mais próxima da economia política clássica de Adam Smith do que da crítica feita a ela por Marx. Sua definição do capitalismo como “a produção para a venda no mercado, em que o objetivo é o lucro máximo” (*idem*, p. 13) volta a deslocar a análise teórica desse sistema do processo de *produção* para o da *circulação* — justamente o contrário do que Marx concebia como necessário para desenvolver “a ciência real da economia moderna” (Marx, 1978, p. 337). Só nesta base é que Wallerstein pôde identificar a existência de uma “economia-mundo” *capitalista* na Europa já no século XV. Mas o que nos importa, aqui, não é questionar a ortodoxia marxista de Wallerstein ou nos aferrarmos a uma discussão semântica, e sim analisar que conseqüências advêm dessa conceituação para a análise da evolução do sistema capitalista mundial e dos Estados de tipo soviético.

O fato é que a abordagem desenvolvida por Wallerstein não distingue entre a *acumulação capitalista*, que opera segundo as leis específicas do movimento do modo de produção capitalista, e os processos históricos de *acumulação primitiva* que, a partir do século XVI, criaram as premissas para a acumulação capitalista na Europa feudal. Segundo Marx, a diferença fundamental entre as duas acumulações residiria, precisamente, nos tipos diferen-

tes de excedentes apropriados em cada caso, a que corresponderiam, por sua vez, distintos padrões de produção: o lucro *capitalista* se originaria na apropriação privada do excedente gerado por uma força de trabalho assalariada, agrupada em unidades manufatureiras ou industriais; já o lucro *comercial* do período mercantilista adviria da exploração das diferentes estruturas de preços nos distintos modos de produção recém-integrados pelas rotas mundiais de comércio — isto é, o capital mercantil se apropriava de (grande) parte do excedente gerado no âmbito de diferentes formas de produção pré-capitalistas (*idem*, pp. 330-331).

Por esta ótica, no início deste processo de acumulação primitiva no século XV, não se pode falar propriamente de “capitalismo” em nenhuma das pontas do intercâmbio, quanto mais caracterizar a Europa como o centro de uma “economia-mundo” capitalista (o único broto de “capitalismo real” existente na época se encontrava ainda nas suas formas manufatureiras iniciais e estava circunscrito às cidades do Norte da Itália). Historicamente, o fluxo de riquezas que se dirigiu para a Europa Ocidental nos marcos da “troca desigual” acima referida se constituiu em fator impulsor fundamental da dissolução da sociedade feudal e da transição para o capitalismo. Mas isso não significa que essa passagem tenha sido *determinada* pelo fluxo *em si*. Este só serviu de impulso para a transição nos países e regiões em que já se haviam formado as condições *internas* propícias ao desenvolvimento capitalista. O próprio Marx chamou atenção para as trajetórias distintas de Portugal e Holanda no período como comprovação disto (*idem*, pp. 332-333).

Como essa discussão histórico-conceitual se relaciona com o debate sobre a natureza das sociedades de tipo soviético no século XX? Segundo o conceito *comercial-circulacionista* de capitalismo adotado por Wallerstein, qualquer Estado ou sociedade que estabeleça relações de comércio no âmbito do mercado mundial único integra a “economia-mundo” capitalista e adquire uma natureza capitalista, independente das formas concretas assumidas pela sua produção interna. Nestes termos, ele

pôde caracterizar as sociedades do “socialismo real” como “componentes do sistema-mundo capitalista”, sem precisar examinar mais detidamente as relações de produção gestadas no seu interior:

“Assim como não há sistemas feudais, tampouco existem sistemas socialistas na economia-mundo de hoje. Só existe *um* sistema mundial. É uma economia-mundo com uma forma capitalista por definição. O socialismo implica na criação de outro tipo de sistema-mundo que não é nem um império-mundo, nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista” (Wallerstein, 1974, p. 415, tradução minha).

Mas se, conforme Wallerstein, o “sistema-mundo” capitalista só pode ser superado mundialmente, e os movimentos anti-sistêmicos que emergem na quarta fase do seu desenvolvimento (no século XX) se processam em marcos nacionais, que perspectivas concretas se apresentam para esses movimentos? Na verdade, não muitas. Todos os movimentos anti-sistêmicos que chegaram ao poder (e, em muitos casos, mesmo os que não chegaram) acabaram sendo cooptados pelo sistema-mundo capitalista. Para Wallerstein, é inevitável que assim seja, dada a lógica mundial dominante do sistema. Isto não significaria, no entanto, que inexistam contradições internas minando a estabilidade desse sistema-mundo. Wallerstein chama atenção para duas em especial: a contradição crônica entre a produção e o consumo no sistema; e a possibilidade permanente do surgimento de novas potências centrais a partir da sua “semiperiferia”. Mas, uma vez mais, as lutas anti-sistêmicas alimentadas por estas contradições se materializam e expressam no marco nacional, o que possibilita ao sistema-mundo capitalista não só absorvê-las, como inclusive transformar as suas vitórias em componentes de *fortalecimento* do próprio sistema (Wallerstein, 1984b, p. 130). Os movimentos anti-sistêmicos na economia-mundo capitalista, assim, seriam prisioneiros de uma espécie de “efeito Michels” (conforme discutido no artigo anterior), na medida em que só podem “comprar” sua sobrevivência organizativa ao “preço” de aceitar as regras do

sistema-mundo. Para Wallerstein, esta seria a chave para compreender a evolução das sociedades de tipo soviético (Wallerstein, 1984a, p. 93).

Robert Kurz

Embora não parta exatamente da mesma perspectiva mundial-sistêmica de Wallerstein, o sociólogo alemão Robert Kurz também estrutura a sua interpretação das sociedades de tipo soviético sobre uma compreensão comercial-circulacionista do capitalismo. Em seu livro *O Colapso da Modernização* — bastante discutido no Brasil no início dos anos 90 —, Kurz define o capitalismo como “a produção de mercadorias desencadeada até constituir um sistema de reprodução” (Kurz, 1993, p. 42). Nesse “sistema produtor de mercadorias”, o trabalho abstrato — na forma do dinheiro — se torna um fim em si, independente da sua utilidade social concreta (*idem*, pp. 25-28). Assim, na sociedade capitalista moderna, diferentemente do que ocorria em formações históricas anteriores, todas as forças vitais sociais e individuais são subordinadas ao *automovimento do dinheiro*.

Para o sociólogo alemão, essa subordinação ao automovimento do dinheiro é, de fato, a relação social básica do capitalismo, à qual corresponde uma forma particular de alienação — a idolatria fetichista do trabalho abstrato (que, como já indicara Max Weber, surgiu, inicialmente, sob a forma do *ethos* protestante). O “trabalho abstrato”, portanto, seria apenas a forma assumida pelo capital no “sistema produtor de mercadorias”, embora isto fosse sistematicamente oculto pela oposição superficial entre ambos (“Capital” e “Trabalho”) no mercado (*idem*, pp. 49 e 54). Segundo Kurz, o “marxismo do antigo movimento operário” (materializado nas experiências do “socialismo real”) teria ficado prisioneiro do “fetichismo do trabalho abstrato” da sociedade capitalista, sem conseguir pensar além das categorias básicas do mundo burguês da mercadoria. Por isso, esse marxismo se fixou em temas como a “exploração” e a “luta de classes”, sem focar o verdadeiro conflito básico da modernidade que teria sido identificado por Marx na sua

crítica da economia política: “aquele entre o conteúdo social e a forma não social, inconsciente, do próprio trabalho” (*idem*, p. 44).

Presas a essa concepção “vulgar e ingênua” do marxismo, as experiências do “socialismo real” não só desconsideraram a crítica ao princípio do trabalho abstrato, como adotaram esse princípio como pedra angular das suas sociedades, levando-o ao extremo (ainda que sob a forma de “metas” e “quotas” de produção medidas em toneladas). Nesta base, todas as categorias básicas do capitalismo — salário, preço e lucro — (re)apareceram nas sociedades de tipo soviético. Estas não teriam, portanto, substituído a forma social histórica da sociedade capitalista por outra, mas permanecido, elas próprias, como partes integrantes do “sistema produtor de mercadorias” burgueses.

Segundo Kurz, a forma específica assumida por esse sistema nas sociedades de tipo soviético foi determinada pelo grau relativamente limitado da sua socialização capitalista anterior. Dado o grau de unificação e integração já alcançado pelo mercado mundial em princípios do século XX, essas sociedades só puderam subsistir na concorrência externa com os países ocidentais mais desenvolvidos aplicando internamente, de forma absoluta, o princípio estatista (isto é, substituindo a concorrência interna por comandos estatais). O “socialismo real” assumiu, assim, a forma de “regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas” (*idem*, p. 31), forma esta equivalente à dos regimes transitórios *estatistas* do capitalismo primitivo no Ocidente (como o absolutismo mercantilista e o regime inicial da Revolução Francesa).

O que se gestou nas sociedades de tipo soviético, portanto, era uma espécie de capitalismo primitivo, desprovido, justamente, do elemento dinamizador desse sistema: a *concorrência*. Por isto, apesar dos seus surtos modernizadores iniciais, o “socialismo real” esteve sempre fadado à estagnação, ao fracasso e ao colapso. E o pior é que não havia outro curso de desenvolvimento aberto para essas sociedades no âmbito do sistema produtor de

mercadorias. É nestes termos que Kurz conclui que o colapso do “socialismo real” configura, na verdade, o fracasso da modernização capitalista, e o prenúncio da crise global do sistema produtor de mercadorias (em função do brutal agravamento da contradição estrutural entre produção e consumo que este tem embutida dentro de si).

Além dos pontos de contato com as análises de Wallerstein, há evidentes paralelos entre as reflexões do sociólogo alemão e as dos autores ocidentais (vistos no artigo do *BIB*, n.º 38) que interpretaram as sociedades do Leste a partir da chave dos desafios da modernização e do desenvolvimento. Sua leitura também é próxima à do filósofo húngaro István Mészáros, que estabelece uma ponte entre as interpretações marxistas resenhadas no artigo anterior e neste ao indicar que, embora tenham abolido o *capitalismo*, as sociedades de tipo soviético não superaram o *poder do capital* (a divisão do trabalho baseada em uma estrutura hierárquica de comando) (Mészáros, 1995a e b).

Do ponto de vista da teoria marxista, não deixa de ser curioso (e revelador) o fato de Kurz não ter incluído a *propriedade privada* na sua relação das “categorias básicas” do capitalismo. Afinal, como vimos no artigo do *BIB*, n.º 39, o próprio Marx resumiu sua proposta de superação do capitalismo na fórmula “abolição da propriedade privada” (o que implica que ele concebia esta propriedade como *constitutiva* desse sistema!). Kurz não poderia mesmo incorporar esta “categoria” à sua definição do capitalismo, porque isso *desmontaria* todo o seu argumento sobre a analogia entre o “capitalismo primitivo” e o “socialismo real”. Mas esta opção conceitual resulta numa grave inconsistência histórico-empírica: que espécie de “acumulação capitalista primitiva” é esta que não resulta na formação/acumulação de capital privado (seja comercial, manufatureiro, industrial ou bancário)?

Como também já foi visto anteriormente, o mesmo Marx concebeu a necessidade de um longo período de transição histórica (o socialismo) para superar a forma concreta de alienação gerada pela economia de mercado. Ao

longo deste período, a sociedade socialista teria de adotar como norma distributiva básica um princípio oriundo do “direito burguês”, mas negado pelo próprio capitalismo: *a remuneração segundo o trabalho*. O que fundamenta esta proposição marxiana é o entendimento de que a superação geral da alienação humana só é possível nos marcos da superação progressiva das condições de *escassez* (e dos antagonismos sociais que ela sustenta). Esta me parece, sinceramente, uma abordagem bem mais realista do que a escatologia da “supressão radical da mercadoria moderna e de seu sistema mundial por uma nova razão sensível” que nos é apresentada 120 anos depois por Kurz (1993, p. 233).

Um Balanço Parcial

Com o exame das reflexões de Robert Kurz, completo a resenha dos autores marxistas que identificaram a prevalência de alguma forma de *capitalismo* nas sociedades de tipo soviético. Assim como foi feito nos artigos anteriores, concluo com um breve balanço das interpretações resenhadas. Como deverá ter ficado claro, as leituras examinadas neste artigo partiram de premissas e enfoques bem diferentes para chegar a uma conclusão comum (ou, pelo menos, semelhante) sobre a “natureza (capitalista) oculta” das sociedades do “socialismo real”. Mas, para além das suas diferenças, estas leituras partiram da mesma concepção “ideal-típica negativa” do socialismo (e do utopismo idealista por ela alimentado) que orientou as interpretações marxistas centradas na identificação de um “novo modo de produção” no Leste, que resenhei no *BIB*, n.º 39. Não vou repetir, aqui, a crítica já feita a essa opção teórico-metodológica nesse artigo. Destaco, entretanto, que o que distingue as leituras resenhadas neste artigo das que foram examinadas no anterior é sua ampliação do conceito de capitalismo para abarcar as características “não ideal-típicas do socialismo” identificadas nos países do Leste. Assim, dependendo do autor, a persistência de relações mercantis, ou de relações de trabalho hierarquizadas, ou de significativas desigualdades

salariais, ou da alienação humana etc., foi identificada com o “capitalismo”, muito embora na visão original (e mais realista) de Marx, todos estes fenômenos tenham sido concebidos como integrantes problemáticos do próprio socialismo (dada a sua natureza de *etapa de transição histórica*).

A inadequação desta base conceitual-metodológica comum acarretou graves e evidentes problemas de consistência empírica, entre os quais destaco, de forma tópica e resumida, os seguintes:

1. Embora várias das leituras resenhadas argumentassem que a persistência (ou ampliação) de formas mercantis na URSS determinaria o seu caráter capitalista, o fato é que o alcance das relações mercantis na União Soviética e nos demais estados do Leste se manteve restrito e limitado, em função da prática predominante do estabelecimento centralizado de metas detalhadas de produção, combinada com a garantia pelo Estado da oferta de insumos e da aquisição da produção (independente da sua qualidade) nos marcos do Plano.
2. Da mesma forma, o caráter mercantil do trabalho também se manteve restrito e limitado nessas sociedades, dada a prevalência da garantia do direito ao trabalho e a virtual eliminação do desemprego (instrumento fundamental para conter os “preços” dos salários próximos ao seu valor — isto é, aos custos necessários para a sua reprodução — nas sociedades capitalistas, onde o trabalho assume integralmente a forma de mercadoria). Este foi, aliás, um dos entraves básicos à elevação da produtividade econômica nas economias de tipo soviético — o trabalho e a remuneração eram assegurados independente do seu desempenho e rendimento (o que é claro indicativo do seu caráter predominantemente *não-mercantil*). Isso permitiu a generalização de práticas e relações retratadas na fórmula irônica de “você fingem que pagam, e nós fingimos que trabalhamos”.
3. Mesmo sem o saber (ou, pelo menos, sem o citar) as análises examinadas neste artigo

se basearam na distinção conceitual entre “formas jurídicas de propriedade” e “relações reais de produção”, formulada inicialmente pelos autores trotskistas dissidentes discutidos no *BIB*, n.º 39 (Rizzi e Schachtman). Nesta base, vários autores apontaram para a persistência (ou o agravamento) de relações iníquas de *distribuição* como prova do caráter efetivamente *privado* (e não social) da propriedade estatal nas sociedades do Leste. Do ponto de vista teórico, no entanto, já vimos como Marx indicou a remuneração diferenciada do trabalho individual segundo a sua quantidade, qualidade e produtividade como princípio distributivo básico do socialismo (que não se confunde com igualitarismo). O problema é que, em sociedades onde a operação das forças de mercado foi restringida, identificar o valor relativo de diferentes trabalhos fornecidos à sociedade (e, conseqüentemente, a sua adequada remuneração) torna-se extremamente problemático e depende, em última instância, de uma definição *política*. As possibilidades de distorção aqui são amplas, e remetem, uma vez mais, à problemática da estruturação democrática de um poder representativo do interesse coletivo no socialismo. Mas, do ponto de vista empírico, se é verdade que o esforço concentrado de industrialização dos primeiros planos quinquenais na URSS veio acompanhado da instituição de um leque bastante amplo de diferenças salariais, não é menos verdade que esse período foi marcado por uma gigantesca mobilidade social ascendente²⁰ (que muitos historiadores ocidentais identificam, inclusive, como a base social dos violentos expurgos deflagrados contra a elite administrava anterior nos anos 30).²¹ De qualquer forma, após o esforço de reconstrução do pós-Guerra (período em que teria se constituído uma “nova grande burguesia burocrática” na sociedade soviética, segundo as análises oficiais chinesas e albanesas nos anos 60 e 70), a evolução geral foi no sentido de *restringir*, e não no de *ampliar*, as diferenças de remuneração (Yanowitch, 1977; Mathews, 1979).

4. Se é verdade que os países do bloco sovié-

tico desenvolveram — desde o início — relações comerciais com os países capitalistas no âmbito do mercado mundial (o próprio Lênin considerava o desenvolvimento destas relações crucial para o reconhecimento diplomático do jovem poder soviético), é também verdade que este intercâmbio se manteve em proporções restritas e veio acompanhado de instituições, práticas e mecanismos que minimizavam o impacto dos fluxos do mercado mundial nos países socialistas (entre estes, destacavam-se o monopólio estatal de todas as relações econômicas com o exterior e a inconversibilidade das suas moedas nacionais nos mercados monetários globais). A maior parte do comércio externo dos países do bloco soviético era conduzido no âmbito do próprio “campo socialista” (Kornai, 1992, pp. 334-335). Em 1980, quando o intercâmbio comercial soviético com o Ocidente chegou ao seu auge (na seqüência da *détente*), o comércio da URSS com o conjunto dos países capitalistas desenvolvidos representava apenas um terço do seu comércio externo total (Shearman, 1988, p. 45). Como o seu giro comercial total (exportações e importações) representou, nesse ano, menos de 9% do seu Produto Social Bruto (conceito que equivale ao nosso Produto Nacional Bruto (PNB) menos o setor de serviços),²² isto quer dizer que, *no seu auge*, o intercâmbio comercial da URSS com os países capitalistas centrais não chegou a ter um peso relativo a 3% da sua economia. Convenhamos que é muito pouco para afirmar que o mercado (capitalista) mundial *determinava* o seu desenvolvimento interno. Os únicos países do “campo socialista” para os quais esse tipo de interpretação poderia fazer algum sentido eram a Iugoslávia, a Polónia e a Hungria, que se endividaram pesadamente junto a bancos ocidentais nos anos 70 e enfrentaram uma severa crise de endividamento externo nos anos 80 (Fernandes, 1990a, pp. 50-51).

5. Por fim, a mais flagrante evidência das limitações das teses que caracterizaram os antigos regimes do Leste como capitalistas foi (é) dada pela própria crise geral que

se instalou nesses países com sua derrocada. Afinal, se essas sociedades já eram capitalistas, porque estão sendo necessárias rupturas políticas, econômicas, sociais e culturais tão profundas e traumáticas para adequar o seu desenvolvimento à “normalidade” do mundo capitalista? Em se tratando da passagem de uma forma de capitalismo para outra, seria de esperar uma transição mais suave. Basta lembrar que a superação dos regimes nazi-fascistas na Europa do pós-Guerra não produziu crise semelhante. Enfim, nos termos da teoria marxista, fica evidente que os países do Leste estão passando por um processo de *profunda ruptura sistêmica*, e não de mera transição superestrutural.

Estas considerações encerram nosso balanço parcial das interpretações que identificaram a prevalência de alguma forma de capitalismo de estado e/ou burocrático nas sociedades de tipo soviético. Passemos, agora, a um balanço mais global do conjunto de interpretações marxistas resenhadas neste artigo e no anterior.

Da Crise do Marxismo à Crise do Socialismo

A teorização marxista sobre as sociedades de tipo soviético foi polarizada, ao longo do século XX, por duas formas opostas (mas análogas) de idealização do socialismo. No âmbito do movimento comunista, isto se traduziu em um reducionismo dogmático que, a partir da realização histórica do núcleo central da proposta socialista de Marx nas sociedades do Leste (a abolição da propriedade privada), *deduziu* a prevalência, nestas, das condições e realizações que a teoria marxista clássica havia associado a essa abolição. Isto resultou em uma compreensão limitada e simplista das complexas estruturas de classe que emergiram nessas sociedades após a socialização/estatização básica da propriedade, compreensão esta que desconsiderava a diferenciação de interesses no âmbito da classe operária, do campesinato e da intelectualidade. Por sua vez, a transformação do marxismo em doutrina oficial

implicou no “fechamento sistêmico” deste, e levou à generalização da prática de enfrentar problemas teóricos com o que Norberto Bobbio chamou de “abuso do princípio de autoridade” (Bobbio, 1987, pp. 40-42). Assim, problemas novos (ou então, mal ou insuficientemente resolvidos pelo marxismo do século XIX) não eram enfrentados com pesquisa empírica e desenvolvimento teórico, mas com a exegese de textos de Marx e Engels (e, depois, Lênin).

Nesta base, a dialética materialista de Marx acabou enfrentando um processo de congelamento teórico-conceitual análogo ao que acometeu a dialética idealista de Hegel um século antes. Isto é particularmente evidente no âmbito da teoria política. Embora não possa concordar com a tese da inexistência de uma teoria marxista do Estado levantada por Bobbio,²³ o fato é que, após sete décadas de ricas e dramáticas experiências, os marxistas do século XX foram incapazes de produzir um único trabalho de síntese/problematização teórica das formas assumidas pelo poder político nas sociedades do “socialismo real” que sequer se aproximasse do balanço, feito por Marx, da efêmera experiência política da Comuna de Paris logo em seguida à sua derrota.²⁴ A flagrante contradição entre a perspectiva do definhamento progressivo do Estado ao longo da transição socialista (conforme prognosticado, originalmente, pelo marxismo clássico) e a consolidação de formas extremamente concentradas e encasteladas de poder político nos países do Leste (com elevado grau de autonomia em relação às suas respectivas sociedades) foi simplesmente desconsiderado (ou então, confrontado com meras piruetas conceituais pseudodialéticas, como o argumento de Stalin de que o Estado, na URSS, “desapareceria” ao se “fortalecer ao máximo” [Stalin, 1977, p. 633]).

As interpretações que negavam a natureza socialista dos Estados e sociedades de tipo soviético, por sua vez, se assentavam sobre um subjetivismo igualmente dogmático, só que operando em direção inversa. Aqui, como vimos, a tendência foi a de partir da construção de um tipo ideal de sociedade socialista (um

retrato em negativo dos aspectos mais nocivos identificados no capitalismo) para constatar a não adequação das sociedades do Leste a esse tipo ideal e concluir pela sua natureza não-socialista. A responsabilidade pela discrepância entre o projeto teórico e a experiência histórica foi imputada inteiramente a esta, sem sequer cogitar a possibilidade de ela se originar em desafios, dilemas, impasses e contradições do próprio projeto. Este tipo de enfoque também tolheu o desenvolvimento da teoria marxista, impedindo que este pudesse se confrontar com as questões suscitadas pelas primeiras tentativas de materialização histórica do seu objetivo socialista. A matriz filosófica *idealista* desta abordagem é revelada de forma gráfica pelas interpretações maoístas mais extremadas, que, como vimos acima, identificavam a natureza de formações econômico-sociais a partir das inclinações ideológicas dos seus governantes e/ou dirigentes.

Embora nem todas as interpretações marxistas resenhadas neste artigo e no anterior se enquadrem na bipolarização dogmática discutida acima, foi ela, sem dúvida, que acabou predominando e comandando as reflexões sobre o tema. Este congelamento teórico-conceitual tanto expressa quanto compõe um quadro mais geral de crise no pensamento marxista, crise esta que foi se agravando ao longo do século XX, à medida que esse pensamento deixava de dar respostas a um número cada vez maior de problemas suscitados pelo desenvolvimento do mundo. Entre estes, dois, em particular, me parecem nodais da atual crise teórica do marxismo (e foram enfocados, por diferentes ângulos, ao longo desta seqüência de artigos):

1. o problema da autonomização do poder de Estado nos marcos da abolição da propriedade privada (e a questão político-prática a ela associada das formas institucionais a serem assumidas por um poder político que almeja a sua própria dissolução);
2. o problema da perda de dinamismo da economia socializada/estatizada uma vez vencida a etapa do desenvolvimento extensivo recuperador (e a questão político-

prática a ela associada de encontrar um mecanismo econômico capaz de estimular o progresso técnico e a elevação da produtividade, sem reproduzir grandes diferenças e antagonismos sociais).

Estou convencido de que o não-enfrentamento/resolução destes problemas teóricos está na origem da crise que se instalou nos países do Leste e resultou no desmantelamento do antigo “campo socialista”. Em outras palavras, a crise (teórica) do marxismo está no cerne da crise (política) do socialismo. Diante disto, movimentos para resgatar uma suposta “pureza doutrinária” do marxismo são de pouca valia. O desafio crucial não é tanto o de explicitar/recuperar o “conteúdo ético do socialismo”, e sim o de comprovar a sua viabilidade. E isto requer, entre outras coisas, um confronto teórico e prático sério com os questionamentos formulados pelos críticos ocidentais da economia de comando que examinamos no artigo do *BIB*, n.º 38. Visto por esta ótica, é bem possível que o fracasso das experiências socialistas no século XX se deva menos à preservação de categorias mercantis, do que a excessos voluntaristas na sua restrição.

A Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo

Ao longo do amadurecimento da crise dupla referida acima, grande parte dos autores e correntes de inspiração marxista convergiu para uma utilização algo indiscriminada do conceito de *stalinismo* nas suas referências aos antigos regimes e sociedades do Leste (embora, por trás desse conceito, persistissem as antigas diferenças de interpretação sobre o modo de produção prevalecente nesses estados). A lógica (consciente ou inconsciente) que presidiu esta convergência foi a tentativa de resgatar a legitimidade da perspectiva socialista diante de uma apreciação cada vez mais negativa das experiências do “socialismo real” por amplas parcelas da opinião pública mundial.

No âmbito da “sovietologia” Ocidental, os teóricos do totalitarismo sempre haviam

sustentado a natureza liberticida do socialismo (com os argumentos de fundo liberal já vistos no *BIB*, n.º 38). Para estes, o desenvolvimento antidemocrático das sociedades de tipo soviético era conseqüência inevitável do próprio projeto socialista (tanto na sua versão marxista como leninista), e os fundamentos do totalitarismo haviam sido lançados já nos primórdios da revolução soviética.²⁵ Essa abordagem compôs o discurso oficial da administração norte-americana no transcurso da Guerra Fria. Em oposição a este enfoque, um número cada vez maior de autores marxistas passou a contra-argumentar que a origem da evolução antidemocrática no Leste residia, na verdade, na prevalência de uma concepção político-ideológica estranha e/ou oposta tanto ao marxismo, quanto ao impulso emancipador original da revolução soviética: o stalinismo.

O conceito de stalinismo, com o significado que acabei de indicar, foi formulado inicialmente por Trotsky em meados dos anos 30, quando este passou a identificar a necessidade de uma “nova revolução política” na URSS (McNeal, 1977). Até então, Trotsky caracterizava a corrente encabeçada por Stalin principalmente como *centrista*, e a considerava uma potencial aliada (ainda que vacilante) na luta contra a “direita” do Partido Bolchevique. O termo stalinismo também surgiu — de forma dispersa e com uma conotação positiva — em diferentes publicações do movimento comunista na época. Mas essa prática não era, em geral, incentivada, já que a “linha oficial” do movimento sempre buscou fundamentar a legitimidade da liderança de Stalin no fato de ele ser “o discípulo mais fiel de Lênin”, e o das suas políticas no fato de serem “mera continuação/aplicação do marxismo-leninismo”. Foi nesta base que o próprio Stalin cunhou o termo “trotskismo”, em 1924, para caracterizar as posições defendidas pelo seu principal oponente na luta interna do Partido Bolchevique como oriundas de um corpo de idéias “em contradição irreconciliável com o leninismo” (Stalin, 1975, p. 129). A lógica da formulação é, portanto, eminentemente ortodoxa. Dez anos depois, Trotsky não fez mais do que

repetir essa operação, só que com os sinais trocados.

Embora o movimento organizado por Trotsky e os seus seguidores nos anos 30 (a IV Internacional e os seus múltiplos desdobramentos) nunca tenha alcançado maior expressão política no mundo, sua formulação do conceito de stalinismo acabou se tornando um dos maiores tentos de *marketing político global* de toda a história. O termo penetrou profundamente o discurso jornalístico, político e acadêmico mundial, influenciando o pensamento e o julgamento de amplos setores da humanidade. Este sucesso, no entanto, só foi alcançado depois da morte do seu formulador. Podemos identificar três grandes ondas na difusão do termo:

1. Da sua formulação na década de 30 até meados dos anos 50, a utilização do conceito de stalinismo ficou, basicamente, restrita a pequenos círculos marxistas dissidentes (mais ou menos próximos das posições da IV Internacional de Trotsky e dos comunistas *conselhistas* discutidos acima) ou a algumas análises críticas isoladas do movimento social-democrata (este, desde Kautsky, tendeu a preferir termos que se prestassem à condenação global da experiência soviética, em vez de apenas um período do seu desenvolvimento).
2. Entre meados das décadas de 50 e 80, a sua difusão se ampliou enormemente sob o impacto das críticas formuladas a Stalin no "Relatório Secreto" de Krushev ao XX Congresso do PCUS em 1956 e a política de "desestalinização" que se lhe seguiu. Vale registrar que os próprios dirigentes responsáveis por esta política no "bloco soviético" não se referiam a ela como "desestalinização", e sim como "crítica ao culto da personalidade". Apesar de incorporado por alguns dos seus setores, o conceito de stalinismo (implícito no termo "desestalinização") permaneceu mal visto pela maior parte do movimento comunista. Nos debates do PC Italiano sobre o tema, ainda em 1956, o seu principal dirigente, Palmiro Togliatti (considerado o

grande precursor do "eurocomunismo" dos anos 70), insistia em que:

"Não podemos aceitar o termo 'stalinismo' e os seus derivativos porque ele conduz à falsa conclusão de que estamos lidando com um sistema errado *a priori*, em vez de nos estimular a buscar os males que o infiltraram mais tarde. Esta infiltração resulta de causas determinadas e se deu nos marcos de um processo essencialmente positivo de construção econômica e política, e de uma atuação correta e justa no campo das relações internacionais que levou a vitórias decisivas" (Togliatti *apud* Boffa, 1992, p. 7, tradução minha).

Na mesma linha, uma resenha publicada pelo jornal do PC Francês, *L'Humanité*, em 1976, rejeitou o termo "stalinismo" por entender que ele "sugere a existência de um sistema com suas leis, sua lógica e sua necessidade" (*apud* Martelli, 1990, p. 101, tradução minha). Ainda em 1979, um artigo analítico especialmente dedicado ao conceito no jornal do PC Italiano, *Unità*, concluiu que se tratava de "uma expressão ambígua e não muito esclarecedora" (*apud* Boffa, 1992, p. 7, tradução minha). Apesar destas resistências, o próprio impacto mundial do processo deflagrado por Krushev resultou em uma grande aceitação do termo em meios não-comunistas (sobretudo, os de esquerda), rompendo o círculo estreito a que estava restrita a sua utilização no período precedente. Ao mesmo tempo, a difusão do conceito foi facilitada pela redução das tensões da Guerra Fria e o questionamento crescente do paradigma do totalitarismo nos "estudos da área soviética" que lhe acompanhou. Alguns autores ocidentais chegaram, mesmo, a vislumbrar o "stalinismo" como uma alternativa conceitual ao "totalitarismo".²⁶

3. O termo stalinismo alcançou o auge da sua influência e difusão na segunda metade dos anos 80, quando, na sequência da *perestroika* de Gorbachev, ele foi incorporado pelo discurso oficial da maior parte dos regimes do "bloco soviético" para caracterizar negativamente o "modelo" que havia presidido todo o seu desenvolvimento anterior (excetuando-se o período do

triunfo da Revolução de Outubro ao fim da NEP na URSS). Ao final da década de 80, assim, o círculo parecia ter se fechado, com a incorporação do conceito de stalinismo ao discurso dominante em praticamente todo o mundo. Mas o período de maior triunfo do termo foi, também, o mais efêmero. Com o colapso dos antigos regimes no Leste em 1989-1991 — e os processos de ruptura sistêmica que se lhe seguiram —, a orientação dominante nesses Estados se deslocou da “renovação” das estruturas do “socialismo real” para o seu *desmantelamento*. Com isso, as novas forças dirigentes preferiram resgatar o conceito de “totalitarismo” — que trazia embutido dentro de si uma condenação global de toda a herança passada — a continuar insistindo no conceito de stalinismo. Essas forças recuperam, hoje, o enfoque que foi adotado pelo escritor dissidente russo, Alexandr Soljenítsin, já nos anos 70 — o de identificar no pensamento e ação de Lênin (sobretudo, após a revolução) a origem dos fenômenos normalmente associados ao conceito de stalinismo (Soljenítsin, 1973-78; 1980). Este conceito, por outro lado, também deixou de ser de grande valia para a esquerda da região, que adotou, nas novas condições, uma orientação cada vez mais *defensiva* voltada para a *preservação* de determinadas estruturas e conquistas do período anterior (o que inviabilizava a estruturação do seu discurso sobre um conceito que implicava na condenação de todo o sistema preexistente). Como resultado, o termo caiu em crescente desuso no discurso jornalístico, político e acadêmico dos anos 90, embora ainda ocupe lugar de destaque no pensamento de esquerda no Ocidente.

Ao longo das seis atribuladas décadas da sua existência, o conceito de stalinismo foi definido das mais variadas formas: como orientação político-ideológica, forma de Estado, sistema político, prática política, sistema social, psicologia, distúrbio mental, desvio de comportamento, conjunto de valores culturais, via de desenvolvimento nacional, modelo econômico, sistema econômico, formação econô-

mico-social etc. O elemento comum a todas estas definições é a apresentação da dimensão particular enfocada como um desenvolvimento claramente oposto à teoria e à prática de Marx ou Lênin (e, por isso, a sua identificação como *Stalinismo*).

Para efeito desta resenha, o que mais nos interessa são as definições que se valeram do termo para caracterizar/determinar a natureza dos Estados e sociedades do “socialismo real” (ou, pelo menos, de alguma fase da sua evolução). Poucos autores que utilizaram o conceito neste sentido se deram ao trabalho de apresentar, de forma mais sistematizada, o que consideravam ser os traços fundamentais e definidores do regime e/ou sistema stalinista.²⁷ Entre os que o fizeram, a variedade de interpretações é grande. Ela vai desde caracterizações que o equivaleram a um modo de produção, até outras que o identificaram como mero sistema ou regime político, passando por aquelas que o conceberam como modelo político-econômico ou formação econômico-social. O filósofo iugoslavo Mihailo Markovic produziu o que considero ser a sistematização mais representativa deste conjunto de abordagens, tanto pela sua abrangência quanto pelo caráter integrador/totalizador do seu enfoque. Partindo de uma construção ideal-típica de nítida inspiração metodológica weberiana, Markovic identificou seis traços que, na sua opinião, compunham as “condições necessárias e suficientes do stalinismo”:

“1. O compromisso com uma revolução violenta anticapitalista que não se desenvolve além da substituição do poder político da burguesia pelo poder da *burocracia política*, e da propriedade privada pela *propriedade estatal* dos meios de produção.

2. A força dirigente da revolução e a coluna vertebral da sociedade pós-revolucionária radicam-se em um *partido monolítico, altamente disciplinado e estritamente hierárquico*, que detém o *monopólio* de todo poder econômico e político e *reduz todas as outras* organizações sociais a *meras correias de transmissão*.

3. O Estado continua existindo, mesmo após a completa liquidação da classe capitalista. Sua nova função primária é o planejamento *adminis-*

trativo rígido de toda a produção e o controle completo de toda a vida política. O Estado é designado oficialmente como uma ditadura da classe operária, mas é, em realidade, uma *ditadura da liderança do partido ou de um único líder*.

4. A nova sociedade é constituída como uma sociedade de *Bem-Estar coletivista*, em que sobrevivem a maior parte das formas de *alienação econômica e política*.

5. Como conseqüência da sua estrutura política e econômica centralista, é *negada a autodeterminação* das nações menores dentro de um país multinacional, e essas nações continuam a ser *dominadas* pela nação maior.

6. *Toda a cultura é subordinada à esfera da política*, e é controlada e censurada estritamente pelo partido dominante” (Markovic, 1977, pp. 299-300, tradução minha, ênfases no original).

Para além da sua escolha curiosa de ênfases, esta sistematização equipara o stalinismo a um novo modo de produção *estatista* (nos moldes das interpretações análogas resenhadas no *BIB*, n.º 39). Mas sua classificação abrange, também, características centrais atribuídas ao conceito por outras abordagens marxistas.

É interessante comparar os traços do “stalinismo” no tipo ideal de Markovic com os que foram atribuídos ao “totalitarismo” na interpretação clássica do tema pela “soviologia” ocidental (conforme visto no *BIB*, n.º 38). Quatro dos seis traços fundamentais do tipo ideal do totalitarismo desenvolvido por Friedrich e Brzezinski foram reproduzidos no conceito de stalinismo do filósofo iugoslavo (a saber, uma ideologia (cultura) oficial abrangente; a dominação de um partido e/ou líder único; a monopolização de todos os meios de difusão informativa e cultural; o controle e direção centralizados de todas as organizações sociais). Um dos dois traços ideal-típicos do totalitarismo não incorporados na classificação de Markovic — o “monopólio quase completo do uso efetivo de armas de combate” (Friedrich e Brzezinski, 1965, p. 22) — é, na verdade, irrelevante, pois trata-se de uma característica comum a todos os Estados modernos. Já a não inclusão do outro — o “sistema de terror” — tornou a definição de “stalinis-

mo” mais abrangente²⁸ (um desenvolvimento análogo ao dos autores ocidentais que identificaram a persistência de um “totalitarismo sem terror” na URSS após a ascensão de Krushev²⁹). Por outro lado, dois traços anticapitalistas ausentes do esquema de Friedrich e Brzezinski foram introduzidos na classificação: a abolição da propriedade privada e a montagem de uma “sociedade de Bem-Estar coletivista”.

Visto com base nesta comparação, o conceito de stalinismo não passa de um *subtipo* do conceito clássico de totalitarismo desenvolvido pela “soviologia” ocidental (subtipo este que identifica a espécie *não-capitalista* dentro do gênero totalitário). Se esta discriminação classificatória ajuda a enfatizar diferenças sistêmicas que foram ofuscadas pela taxonomia original, ela continua se estruturando sobre o mesmo viés analítico liberal que já examinamos criticamente no primeiro artigo desta série.

Com base na discussão que desenvolvemos ao longo desta seqüência de artigos, podemos ver que muitas das características centrais que Markovic associa ao stalinismo são, na verdade, traços/problemas inerentes ao próprio projeto socialista, conforme formulado originalmente por Marx (a abolição da propriedade privada; a centralização de todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado; a persistência de formas de alienação econômica e política; o fim da clivagem entre o “público” e o “privado”; a problemática da autonomia do Estado etc.). Já outras se referem a formas político-institucionais gestadas no período inicial da revolução soviética, antes de Stalin ter se tornado o dirigente máximo da URSS (a constituição do regime de partido único; o banimento de todos os outros partidos; a concepção das demais organizações sociais como correias de transmissão etc.). Embora as concepções e práticas desenvolvidas no âmbito destas formas político-institucionais tenham variado ao longo do tempo, muitas das políticas adotadas na URSS a partir da “Grande Virada” de 1928 (período identificado como o da constituição do “sistema stalinista”) já haviam sido prenunciadas no período do “Comu-

nismo de Guerra” e compunham, no final dos anos 20, a plataforma da oposição encabeçada por Trotsky.

Por fim, há que ver que, quando se tratou de desmontar as configurações político-institucionais e econômicas dos países do Leste após a derrubada dos seus antigos regimes, o processo que seguiu encaminhou-se (independentemente dos desígnios originais das forças que o deflagraram) para o desmantelamento de todas as estruturas econômico-sociais fundamentais do socialismo. Isto sugere que a identificação conceitual anterior de um “sistema stalinista” distinto e separado do “sistema socialista” não era apropriada. Do ponto de vista político, isto se materializou na triste ironia de ver a “revolução antiburocrática”, tão ansiada por Trotsky, acabar sendo hegemonizada por forças abertamente pró-capitalistas (inclusive neoliberais), obcecadas com a destruição de todos os vestígios e heranças do socialismo.

Por tudo isto, não há como discordar das considerações feitas pelo filósofo polonês Leszek Kolakowski, em sua polêmica com Markovic:

“Muitos marxistas críticos costumavam dizer — ‘Isto [o sistema soviético] é uma caricatura do marxismo’. Eu não negaria isso. Lembro, no entanto, que só se pode falar de caricatura quando esta se assemelha ao original — e é precisamente este o caso [...]. A ideologia soviética incorporou o esqueleto do marxismo, destituído da sua complexidade, como um guia extremamente simplificado (mas não falsificado) da construção da nova sociedade. Não foi Stalin quem inventou que toda a teoria comunista poderia ser resumida na frase única ‘abolição da propriedade privada’; ou que não pode mais haver trabalho assalariado quando não há capital; ou que o Estado tem de controlar centralizadamente todos os meios de produção; ou que as hostilidades nacionais estariam destinadas a desaparecer junto com o antagonismo de classe. Todas estas idéias, como sabemos, estão claramente formuladas no *Manifesto Comunista*. Tomadas em conjunto, elas não só sugerem como implicam que, uma vez passada a propriedade das fábricas e da terra para as mãos do Estado — conforme viria a ocorrer na Rússia —, a sociedade seria, no fundamental, libertada.” (Kolakowski, 1977, p. 296, tradução minha)

O aprofundamento destas considerações críticas por Kolakowski acabaram conduzindo-o à ruptura com o próprio marxismo. Mas isto não isenta os marxistas de hoje da necessidade de confrontar seriamente os problemas e impasses por ele revelados. Por tudo o que foi exposto até aqui, estou convencido de que a convergência das interpretações marxistas no conceito de “stalinismo” representou uma fuga do enfrentamento com sua própria crise teórica e política. Se reconhecemos como problemáticas as teorias ocidentais que afirmam a predeterminação, pelo projeto socialista, das formas particulares assumidas pelas sociedades de tipo soviético; é forçoso reconhecer como igualmente problemáticas as interpretações marxistas que se negam a admitir que essas formas constituíram uma resposta determinada (embora não a única possível) a contradições e desafios do próprio socialismo.

Um Breve Balanço Geral

Chegou a hora de juntar os diferentes “quadrantes” da varredura teórica efetuada neste conjunto de artigos. Certamente, algumas leituras terão escapado à nossa visão panorâmica. Basta ver que o economista russo Oleg Tsukânov localizou, no seu arquivo pessoal, nada menos de três dezenas de denominações classificatórias alternativas para a sociedade soviética (Tsukânov, 1995, pp. 17-18) — e isso só entre materiais publicados na URSS de 1989 a 1991! Boa parte destas caracterizações não passavam de exercícios em “imaginação invectiva”,³⁰ sem maior consistência conceitual. Isto não chega a surpreender. Afinal, não é de hoje (e não só na Rússia) que, numa espécie de “Lei de Say” editorial, o papel aceita tudo — e depois cria a sua própria demanda. Estou seguro, no entanto, de ter coberto, ao longo destes artigos, as principais interpretações teóricas existentes sobre as experiências do “socialismo real”. Mas esta abrangência teve um custo — muitas das leituras não puderam ser examinadas com a profundidade e atenção que mereciam. Apesar

disso, arrisco, a seguir, algumas sistematizações e conclusões gerais.

No primeiro artigo, examinei criticamente os fundamentos teóricos e metodológicos das principais perspectivas ocidentais sobre os Estados e sociedades do Leste. Entre os problemas teóricos mais comuns identificados nestes, cabe destacar:

- (a) a insistência em decompor a realidade social em esferas separadas e segmentadas para privilegiar a análise isolada de cada uma delas, ignorando ou subestimando a integração e inter-relação dos processos sociais;
- (b) a tendência a reificar fenômenos, formas e estruturas sociais, assumindo-os como “naturais” ou “dados” e desconsiderando o seu desenvolvimento histórico;
- (c) a aceitação acrítica e axiomática da dicotomia abstrata entre o “público” e o “privado” como ponto de partida analítico, com rendimentos limitados do ponto de vista explanatório e contraditórios do ponto de vista normativo; e
- (d) a transposição para as sociedades de tipo soviético de conceitos e categorias gerados no estudo de realidades sociais bem distintas, resultando na obliteração analítica de diferenças sistêmicas cruciais.

Esses problemas teóricos gerais foram agravados, ainda, por limitações específicas de cada leitura, já assinaladas no *BIB*, n.º 38. Como vimos, sob o peso conjunto dessas insuficiências, a “sovietologia ocidental” chegou ao final dos anos 80 inteiramente fragmentada e pulverizada em um grande número de perspectivas e interpretações concorrentes, evidenciando a sua própria crise teórica. Tanto as abordagens dominantes da “sovietologia” ocidental quanto as do pensamento marxista revelaram, assim, graves limitações nas suas interpretações do “socialismo real”. As críticas epistemológicas, metodológicas e teóricas formuladas ao longo desta resenha sugerem alguns elementos que poderiam servir de base para uma leitura mais consistente da evolução

dos Estados e sociedades do Leste. Entre estes, eu destacaria:

- (a) o reconhecimento epistemológico simultâneo da existência objetiva dos processos sociais e da impossibilidade de neutralidade na sua observação;
- (b) a compreensão da realidade social como um todo integrado, complexo e contraditório;
- (c) a análise *histórica* do desenvolvimento de relações, formas e instituições sociais (incluindo o Estado);
- (d) o entendimento de que as variadas dimensões da realidade social se relacionam de forma distinta em diferentes sistemas (e que, portanto, é necessário formular conceitos e categorias sistêmico-específicos, em vez de insistir na transposição conceitual intersistêmica);
- (e) a identificação do dinamismo das formas de produção como chave fundamental (mas não-exaustiva) para compreender o desenvolvimento sistêmico; e
- (f) o reconhecimento das relações de classe como dimensão central (mas não exclusiva) da agregação de interesses na sociedade.

Já tive a oportunidade de explorar o potencial heurístico e explanatório deste enfoque em outro artigo (Fernandes, 1994), que submeto à consideração do leitor. Por ora, encerro esta seqüência de artigos com a esperança de que as reflexões neles desenvolvidas auxiliem, de alguma forma, a busca de um pensamento mais consciente nas Ciências Sociais. Espero, em particular, que tenham ajudado o leitor a localizar (e refletir criticamente sobre) as origens teóricas de palavras, conceitos, idéias e interpretações que tendemos a incorporar de forma irrefletida ao nosso vocabulário do dia-a-dia.

(Recebido para publicação
em maio de 1996)

Notas

1. Para uma discussão dessa polêmica ver Gerratana (1987).
2. Ver resumo do argumento de Zinoviev e Kamenev em Fischer (1948, p. 487).
3. Citado em Trotsky (1987, p. 297). Segundo Alec Nove, a produção total das 68 empresas estrangeiras “concessionárias” na URSS não passava de 0,6% da produção industrial global da URSS (Nove, 1984, p. 89).
4. Para uma análise da evolução dessa corrente na Alemanha após a Primeira Guerra, incluindo uma coletânea dos textos mais representativos do seu pensamento, ver Authier (1975).
5. Examine isto no sétimo capítulo do meu livro *URSS — Ascensão e Queda* (Fernandes, 1992).
6. Ver seu esboço inicial em Hilferding (1985) e a discussão crítica que desenvolvo a seu respeito no segundo capítulo do meu livro (*idem*).
7. Na verdade, como vimos no artigo anterior, a identificação da necessária predominância do “direito burguês” no *socialismo* partiu do próprio Marx. A compreensão de Trotsky sobre esta questão se distanciava da de Marx na direção oposta à identificada por Castoriadis — ele concebia a predominância do direito burguês como uma característica da fase de transição ao socialismo, e não do socialismo em si (isto é, da primeira fase do comunismo).
8. Para a crítica de Castoriadis a Lefort no período da ruptura definitiva entre ambos, ver Castoriadis (1985c).
9. Note-se que, diferentemente de Castoriadis, Lefort preferiu usar o termo mais usual “capitalismo de Estado” em vez de “capitalismo burocrático”. Isto, no entanto, não parece refletir diferenças teóricas mais de fundo na utilização dos respectivos conceitos por ambos.
10. Para uma discussão geral do conflito sino-soviético no movimento comunista, ver Fejtő (1976). Uma descrição desses eventos simpática às posições chinesas pode ser encontrada em Baby (s/d.). A versão do Partido do Trabalho da Albânia (que se alinhou com o PC Chinês e foi o pomo da divergência aberta entre este e o PCUS na Conferência de Moscou em 1960) pode ser vista em Hoxha (1980). Críticas soviéticas às posições chinesas podem ser encontradas em Pavlov *et alii* (1977) e Editorial *Nóvosti* (1981).
11. As posições fundamentais do PC Chinês neste período podem ser vistas em PCCh (1963) e *Renmin Ribao e Hongqi* (1963a, 1964a e b). É verdade que a qualificação da Iugoslávia como um Estado “não-socialista” em função da orientação revisionista da sua liderança, à época, já era o embrião da futura caracterização da URSS como capitalista (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1963b).
12. Reproduzido em despacho da Agência Hsinhua de 2 de novembro de 1966. Publicações chinesas afirmariam, mais tarde, que o “camarada Mao” já havia enunciado a “brilhante tese” de que “a ascensão ao poder do revisionismo significa a ascensão ao poder da burguesia” e de que “a União Soviética de hoje vive sob a ditadura da burguesia” em conversas mantidas em 1964. Como não há registro publicado disso, essa afirmação parece mais uma tentativa de reescrever a história, projetando no passado posições então tidas como “oficiais” (e, portanto, verdadeiras), de forma a ressaltar a “clarividência” do dirigente chinês.
13. Os principais artigos foram reunidos numa coletânea intitulada *How the Soviet Revisionists Carry Out All-Round Restoration of Capitalism in the USSR* (*Renmin Ribao e Hongqi*, 1968). Vale registrar que esta formulação reproduz a mesma confusão entre “estrato social” e “classe social” (categorias distintas no pensamento marxista) já assinalada nas reflexões de Kautsky e de outros autores que argumentaram a existência de uma nova classe dominante ou de uma nova burguesia nos países do Leste.
14. Ver, por exemplo, alguns escritos sobre o tema produzidos pelo principal dirigente do partido albanês, Enver Hoxha, entre 1968 e 1979 (Hoxha, 1975a e b; 1979).

15. Basta lembrar que a China chegou até mesmo a fornecer ajuda militar ao governo Pinochet após o golpe no Chile, em função do combate ao inimigo principal (a URSS) e seus “agentes” na América Latina. O texto “inaugural” da Teoria dos Três Mundos foi o discurso proferido por Teng Hsiaoping na Assembléia Geral da ONU em 1974 (Hsiaoping, 1974).
16. Estes textos estão reunidos em Sweezy e Bettelheim (1971).
17. Ver, por exemplo, a análise desenvolvida a esse respeito pela conhecida socióloga Tatiana Zaslavskaja (1990).
18. Para um balanço geral dos “teóricos da dependência”, ver Goldenstein (1994), Cardoso (1993), Kay (1989) e os ensaios reunidos em Seers (1981). Apresentações da perspectiva braudeliiana da *longue durée* pelo próprio podem ser encontradas no seu artigo “A História e as Ciências Sociais” (Braudel, 1972) e no primeiro capítulo do terceiro volume da sua trilogia *Civilização e Capitalismo* (Braudel, 1985). Para uma defesa mais recente dessa perspectiva, ver a introdução do livro de Giovanni Arrighi, *O Longo Século XX* (Arrighi, 1996).
19. Para uma discussão da “ruptura metodológica” que sustenta a “análise dos sistemas-mundo”, ver Robert Bach (1980) e Wallerstein (1991).
20. Ver, a este respeito, os textos reunidos no livro *Social Dimensions of Soviet Industrialization* (Rosenberg e Siegelbaum, 1993).
21. Ver, por exemplo, Fitzpatrick (1984), Getty (1985), Kuromiya (1988) e Schröder (1992).
22. Calculado com base em dados do *International Trade Statistics Yearbook: 1986*, da ONU e do Relatório apresentado por Leonid Brejnev ao XXVI Congresso do PCUS (Brejnev, 1981, p. 41).
23. Escrevi um texto refutando esta alegação de Bobbio, texto este que acompanha a gestação e evolução da teoria política de Marx no século XIX, em suas diferentes fases (Fernandes, 1990b).
24. A referência, aqui, é ao “Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Civil na França em 1871”, escrito por Marx em abril/maio desse ano, que constitui a parte principal do seu livro *A Guerra Civil na França* (Marx, 1977).
25. Ver, por exemplo, Fainsod (1953), Armstrong (1961), Ulam (1963, 1976), Daniels (1969). Para uma interpretação análoga oriunda de um filósofo “dissidente” do Leste, ver Kolakowski (1977).
26. Ver, por exemplo, Cohen (1997) e Tucker (1977).
27. Entre estes, Gill (1990), Tucker (1977), Martelli (1990) e Boffa (1992).
28. Curiosamente, isto excluiu do conceito de stalinismo a característica que muitos autores consideravam/consideram a mais típica do período da liderança de Stalin na URSS — o recurso recorrente ao terror para enfrentar adversários políticos reais ou imaginários.
29. Ver, por exemplo, Kassoff (1964).
30. Referência contraposta à “imaginação sociológica” de C. Wright Mills (1959).

Bibliografia

- Afanasyev, L. *et alli*
 1974 *The Political Economy of Capitalism*. Moscou, Progresso.
- Ali, Tariq
 1984 *The Stalinist Legacy. Its Impact on Twentieth Century World Politics*. Harmondsworth, Penguin.

- Antunes, Ricardo
 1994 "A Prevalência da Lógica do Capital". *Crítica Marxista*, vol. 1, n.º 1.
- Armstrong, John
 1961 *The Politics of Totalitarianism*. Cambridge, Harvard University Press.
- Arrighi, Giovanni
 1996 *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Authier, Denis (org.)
 1975 *A Esquerda Alemã (1918-1921)*. Porto, Afrontamento.
- Baby, Jean
 s./d. *As Grandes Divergências do Mundo Comunista*. São Paulo, Senzala.
- Bach, Robert L.
 1980 "On the Holism of a World-Systems Perspective", in T. K. Hopkins e I. Wallerstein (eds.), *Processes of the World System*. Beverly Hills, Sage.
- Baran, Paul
 1977 *A Economia Política do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Bellis, Paul
 1979 *Marxism and the USSR*. New Jersey, Humanities.
- Bettelheim, Charles
 1939 *La Planification Soviétique*. Paris, Librairie Marcel Rivière.
 1971a "On the Transition between Capitalism and Socialism", in P. Sweezy e C. Bettelheim, *On the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review.
 1971b "Dictatorship of the Proletariat, Social Classes and Proletarian Ideology", in P. Sweezy e C. Bettelheim, *On the Transition to Socialism*. New York, Monthly Review.
 1976 *A Luta de Classes na União Soviética — Primeiro Período (1917-1923)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
 1978 *Class Struggles in the USSR — Second Period (1923-1930)*. New York, Monthly Review.
 1982 *Les Luttes de Classes en URSS — Troisième Période (1931-1941) — Les Dominés*. Paris, Seuil.
 1983 *Les Luttes de Classes en URSS — Troisième Période (1931-1941) — Les Dominants*. Paris, Maspero/Seuil.
 1985 "La Pertinence des Concepts Marxistes de Classe et Lutte de Classes pour Analyser la Société Soviétique", in B. Chavance, *Marx en Perspective*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- Bettelheim, Charles e Chavance, Bernard
 1980 "Stalinism as the Ideology of State Capitalism". *Review of Radical Political Economics*, vol. 13, n.º 1.
- Binns, Peter
 1975 "The Theory of State Capitalism". *International Socialism*, n.º 74.
- Binns, Peter e Hallas, Duncan
 1976 "The Soviet Union — State Capitalist or Socialist?". *International Socialism*, n.º 91.
- Bobbio, Norberto
 1987 *Qual Socialismo?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Boccarda, Paul
1978 *Estudos sobre o Capitalismo Monopolista de Estado*. Lisboa, Estampa.
- Boffa, Giuseppe
1992 *The Stalin Phenomenon*. Ithaca, Cornell University Press.
- Bordiga, Amadeo
1966 *Struttura Economica e Sociale della Russia d'Oggi*. Milão, s/e.
- Bottomore, Tom (ed.)
1988 *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Braudel, Fernand
1972 "History and the Social Sciences", in P. Burke (ed.), *Economy and Society in Early Modern Europe*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
1985 *Civilization & Capitalism 15th-18th Century*. Londres, Fontana Press (3 vols.).
- Brejnev, Leonid
1981 *Relatório do Comitê Central do PCUS ao XXVI Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as Tarefas Imediatas do Partido no Campo da Política Interna e Externa*. Moscou, Nóvosti.
- Bricianer, Serge (org.)
1969 *Pannekoek et les Conseils Ouvriers*. Paris, EDI.
- Bukharin, Nikolai
1970 *Tratado de Materialismo Histórico*. Rio de Janeiro, Laemmert.
1979 *The Politics and Economics of the Transition Period*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
1987 "O Partido e o Bloco de Oposição", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Cardoso, Fernando Henrique
1970 "Teoria da 'Dependência' ou Análises Concretas de Situações de Dependência?". *Estudos CEBRAP*, n.º 1
1993 "Originalidade da Cópia: A CEPAL e a Idéia do Desenvolvimento", in F. H. Cardoso, *As Idéias e o seu Lugar*. Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo
1970 *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Castoriadis, Cornelius*
s/d. *As Relações de Produção na URSS*. Lisboa, Presença.
1973a "Sur le Règime et Contre la Défense de l'URSS", in C. Castoriadis, *La Société Bureaucratique 1: Les Rapports de Production en Russie*. Paris, UGE.
1973b *La Société Bureaucratique 2: La Révolution Contre la Bureaucratie*. Paris, UGE.
1977 "A Revolução Proletária Contra a Burocracia", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
1985a "O Papel da Ideologia Bolchevique no Nascimento da Burocracia", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.
1985b "Balanço, Perspectivas, Tarefas", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.

* Alguns destes trabalhos foram inicialmente publicados sob os pseudônimos Pierre Chaulieu ou Paul Cardan.

- 1985c "Proletariado e Organização, II", in C. Castoriadis, *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo, Brasiliense.
- 1987a "O Regime Social da Rússia", in C. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1987b "Os Destinos do Totalitarismo", in C. Castoriadis, *As Encruzilhadas do Labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Charlier, Fernand
1972 *Capitalismo ou Socialismo?*. Porto, Delfos.
- Chavance, Bernard
1980 "Sobre as Relações de Produção na URSS". *Teoria e Debate*, n.º 3.
1981 "La Nature du Système Soviétique, Questions et Enjeux". *Les Temps Modernes*, vol. 37, n.º 419.
1982 "Trois Types d'Economie Socialiste: Union Soviétique, Yougoslavie, Chine. Pour Une Approche Comparative". *Critiques de l'Economie Politique*, n.º 19.
1983 "Pourquoi le Capitalisme Étatique?". *Babylone*, n.º 2/3.
- Chunchiao, Chang
1975 *On Exercising All-Round Dictatorship Over the Bourgeoisie*. Pequim, Edições em Línguas Estrangeiras.
- Ciliga, Ante
1940 *The Russian Enigma*. Londres, s/e.
1951 *Au Pays du Mensonge Déconcertant*. Paris, Plon.
- Claudin, Fernando
1970 *La Crisis del Movimiento Comunista*. Paris, Ruedo Ibérico.
- Cliff, Tony
1957 "Perspectives on the Permanent War Economy". *Socialist Review*, vol. 4, n.º 8.
1974 *State Capitalism in Russia*. Londres, Pluto.
- Colletti, Lucio
1977 "The Question of Stalin", in R. Blackburn (ed.), *Revolution and the Class Struggle. A Reader in Marxist Politics*. Glasgow, Fontana/Collins.
- Cohen, Stephen
1977 "Bolshevism and Stalinism" in R. Tucker (ed.), *Stalinism: Essays in Historical Interpretation*. New York, Norton.
- Dallin, David
1923 "Gusudarstvenni Kapitalizm". *Socialisticheski Vestnik*, 1.º de julho.
- Daniels, Robert
1969 *The Conscience of the Revolution*. New York, Simon and Schuster.
- Dunaievskaja, Raia
1944 "New Revision of Marxian Economics". *American Economic Review*, setembro.
1945 "Revision or Affirmation of Marxism? A Rejoinder". *American Economic Review*, setembro.
1964 *Marxism and Freedom from 1776 until Today*. New York, Twayne.
1966 "State Capitalism and Marx's Humanism". *News and Letters*, vol. 11, n.º 9.

Editorial NÓvosti

1981 *Pekin: Rumbo Peligroso*. Moscou, NÓvosti.

Ellenstein, Jean

1975a *L'URSS Contemporaine — Histoire de l'URSS*. Paris, Éditions Sociales, vol. 4.

1975b *Histoire du Phénomène Stalinién*. Paris, Grasset.

Ellenstein, Jean e Latham, Peter

1976 *The Stalin Phenomenon*. Londres, Lawrence and Wishart.

Engels, Friedrich

1977 “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, in K. Marx e F. Engels, *Textos* —Vol. 1. São Paulo, Alfa-Omega.

1979 *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Fainsod, Merle

1953 *How Russia is Ruled*. Cambridge, Harvard University Press.

Fejtő, François

1975 *As Democracias Populares: 1. A Era de Estaline*. Mem Martins, Europa-América.

1976 *O Conflito China-URSS*. Mem Martins, Europa-América, 2 vols.

Fernandes, Luis

1987 “O Marxismo e o Debate sobre a Natureza da Sociedade Soviética”. *Comunicação e Política*, vol. 1, n.º 7.

1990a “...E o Vento (do Oeste) Levou: Implicações para a América Latina das Mudanças no Leste”. *Contexto Internacional*, n.º 11.

1990b “A Democracia como Valor Histórico: A Teoria de Marx e Engels sobre o Estado”. *Princípios*, n.º 19.

1991 “Sobre a Natureza das Sociedades do Leste”. *Princípios*, n.º 23.

1992 *URSS — Ascensão e Queda*. São Paulo, Anita Garibaldi.

1994 “Conceitos Fora do Lugar: Uma Crítica Epistemológica das Principais Teorias Ocidentais sobre os Estados Socialistas do Leste”. *Dados*, vol. 37, n.º 2.

Fischer, Ruth

1948 *Stalin and German Communism*. Cambridge, s/e.

Fitzpatrick, Sheila

1979 *Education and Social Mobility in the Soviet Union 1921-1934*. Cambridge, Cambridge University Press.

1984 “The Russian Revolution and Social Mobility: A Re-examination of the Question of Social Support for the Soviet Regime in the 1920s and 1930s”. *Politics & Society*, vol. 13, n.º 2.

1986a “New Perspectives on Stalinism”. *The Russian Review*, vol. 45, n.º 4.

1986b “Afterword: Revisionism Revisited”. *The Russian Review*, vol. 45, n.º 4.

Frank, Andre Gunder

1967 *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. New York, Monthly Review.

1969 “Sociology of Development and Underdevelopment of Sociology”, in A. G. Frank, *Latin America: Underdevelopment or Revolution*. New York, Monthly Review.

- Frederico, Celso
 1994 *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo, Cortez.
 1995 “A Desintegração de um Modelo e a Permanência do Marxismo”, in P. Vicente Sobrinho (org.), *Reflexões sobre a Desintegração do Comunismo Soviético*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Friedrich, Carl e Brzezinski, Zbigniew
 1965 *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. New York, Praeger Publishers.
- Gerratana, Valentini
 1987 “Estado Socialista e Capitalismo de Estado”, in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Getty, J. Arch
 1985 *Origins of the Great Purges*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Gill, Graeme
 1990 *The Origins of the Stalinist Political System*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Goldenstein, Lídia
 1994 *Repensando a Dependência*. São Paulo, Paz e Terra.
- Goldfield, Michael e Rothenberg, Melvin
 1980 *The Myth of Capitalism Reborn*. San Francisco, Line of March.
- Golubovic, Zagorka
 1981 “Stalinism and Socialism”. *Praxis International*, vol. 1, n.º 2.
- Goulner, Alvin
 1980 “Stalinism: A Study of Internal Colonialism”. *Political Power and Social Theory*, n.º 1.
- Gramsci, Antônio
 1977a “Workers Democracy”, in A. Gramsci, *Selections from Political Writings, 1910-1920*. Londres, Lawrence & Wishart.
 1977b “The Factory Council”, in A. Gramsci, *Selections from Political Writings, 1910-1920*. Londres, Lawrence & Wishart.
- Hashorva, Omer
 1981 “The Present Socio-economic Order in the Soviet Union — A Capitalist Order”. *Albania Today*, n.º 1.
- Hilferding, Rudolf
 1977 “Capitalismo de Estado ou Economia Totalitária?”, in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
 1985 *Finance Capital*. Londres, Routledge & Kegan Paul.
- Honeth, Axel e Robinson, Gary
 1986 “Rescuing the Revolution with an Ontology: On Cornelius Castoriadis’ Theory of Society”. *Thesis Eleven*, n.º 14.
- Hoxha, Enver
 1975a *A Batalha da Classe Operária nos Países Revisionistas*. Lisboa, Povo e Cultura.
 1975b *Informe da Atividade do CC do Partido do Trabalho da Albânia — Apresentado ao VI Congresso do PTA em 1 de Novembro de 1971*. Lisboa, Maria da Fonte.

- 1979 *El Imperialismo y la Revolución*. Tirana, 8 Nëntori.
- 1980 *Los Jruschovistas*. Tirana, 8 Nëntori.
- Hsiaoping, Teng
- 1974 *Speech at the Special Session of the UN General Assembly — April 10, 1974*. Pequim, Edições de Línguas Estrangeiras.
- James, C. L. R.
- 1964 "Trotsky's Revolution Betrayed". *International Socialism*, n.º 16.
- Jerome, W. e Buick, A.
- 1977 "Capitalismo de Estado Soviético? História de uma Idéia", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
- Kai (Internacional Comunista Operária)
- 1975 "Linhas de Orientação da KAI", in D. Authier (org.), *A Esquerda Alemã (1918-1921)*. Porto, Afrontamento.
- Kassoff, Allen
- 1964 "The Administered Society: Totalitarianism without Terror". *World Politics*, vol. 16, n.º 4.
- Kautsky, Karl
- 1925 *Die Internationale und Sowjetsrussland*. Berlim, s/e.
- 1973 *Terrorism and Communism*. Westport, Hyperion.
- 1979 *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Kay, Cristóbal,
- 1989 *Latin-American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres, Routledge.
- Kolakowski, Leszek
- 1977 "Marxist Roots of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Kornai, Janos
- 1992 *The Socialist System*. Oxford, Clarendon.
- Korsch, Karl
- 1967 *Karl Marx*. Londres, Chapman & Hall.
- 1970 *Marxism and Philosophy*. Londres, New Left.
- 1975a *Marxisme et Contre-Révolution dans la Première Moitié du XX Siècle*. Paris, Seuil.
- 1975b "Lenin's Philosophy", in A. Pannekoek, *Lenin as a Philosopher*. Londres, Merlin.
- 1989 "A Crise do Marxismo". *Teoria & Política*, n.º 12.
- Korsch, Karl *et alli*
- 1975 *La Contre-Révolution Bureaucratique*. Paris, UGE.
- Kuromiya, Horoaki
- 1988 *Stalin's Industrial Revolution: Politics and Workers: 1928-1932*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Kurz, Robert
- 1993 *O Colapso da Modernização*. São Paulo, Paz e Terra.
- Lapenna, Ivo
- 1965 *State and Law in Soviet and Yugoslav Theory*. New Haven, s/e.

Laquer, Walter

- 1964 "In Search of Russia". *Survey*, n.º 50.
1990 "Why Stalin? A National Debate". *Society*, vol. 27, n.º 3.

Lefort, Claude

- 1974-5 "What is Bureaucracy". *Telos*, n.º 22.
1977 "O Totalitarismo sem Estaline", in A. Neves (org.), *A Natureza da URSS (Antologia)*. Porto, Afrontamento.
1979 *Éléments d'Une Critique de la Bureaucratie*. Paris, Gallimard.
1981 *L'Invention Democratique: Les Limites de la Domination Totalitaire*. Paris, Fayard.

Lênin, Vladimir Ilitch

- 1978a "A Catástrofe que nos Ameaça e como Combatê-la", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1978b "O Estado e a Revolução", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1978c "O Infantilismo 'de Esquerda' e o Espírito Pequeno-Burguês", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 2*. Lisboa, Avante!.
1979a "IV Congresso da Internacional Comunista", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.
1979b "A Doença Infantil do 'Esquerdismo' no Comunismo", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.
1979c "Sobre o Imposto em Espécie", in V. I. Lênin, *Obras Escolhidas — Vol. 3*. Lisboa, Avante!.

Liebich, André

- 1986 "Os Mencheviques diante da Construção da URSS", in E. Hobsbawm et alii, *História do Marxismo — Vol. 7*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Löwy, Michael

- 1983 "La Bureaucratic Stalinienne comme 'État' Social", in E. Pisier-Kouchner (ed.), *Les Interprétations du Stalinisme*. Paris, PUF.

Lukács, György

- 1967 "Carta sobre o Stalinismo". *Revista da Civilização Brasileira*, vol. 3. Caderno Especial n.º 1.

Martelli, Roger

- 1990 "Reflexions sur le Stalinisme". *Cahiers d'Histoire*, n.º 43.

Marx, Karl

- 1976 "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política", in K. Marx e F. Engels, *Textos — Vol. 3*. São Paulo, Alfa-Omega.
1977 "A Guerra Civil na França", in K. Marx e F. Engels, *Textos — Vol. 1*. São Paulo, Alfa-Omega.
1978 *Capital — Vol. 3*. Moscou, Progresso.
1989 *Manuscritos Económico-Filosóficos*. Lisboa, Edições 70.

Marx, Karl e Engels, Friedrich

- s/d. *A Ideologia Alemã I*. Lisboa, Presença.

Mathews, Mervyn

- 1979 *Privilege in the Soviet Union*. Londres, George Allen & Unwin.

- Mattick, Paul
 1964 "The Marxism of Karl Korsch". *Survey*, n.º 53.
 1969a "Mandel's Economics: Another View". *International Socialism*, n.º 37.
 1969b *Marx and Keynes: The Limits of the Mixed Economy*. Londres, Merlin.
- McAuley, Martin
 1983 *Stalin and Stalinism*. Harlow, Longmans.
- McNeal, Robert
 1977 "Trotskyist Interpretations of Stalinism", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Mészáros, István
 1983 "Política Radical e Transição para o Socialismo — Reflexões sobre o Centenário de Marx". *Ensaio*, n.º 11-12.
 1985 "Poder Político e Dissidência nas Sociedades Pós-Revolucionárias". *Ensaio*, n.º 14.
 1995a *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*. Londres, Merlin.
 1995b "O Marxismo Hoje - Entrevista". *Crítica Marxista*, n.º 2.
- Meyer, Alfred
 1989 "The Origins of Stalinism: A Review Article". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 31, n.º 1.
- Miliband, Ralph
 1975 "Bettelheim and the Soviet Experience". *New Left Review*, n.º 91.
- Mills, C. Wright.
 1959 *The Sociological Imagination*. New York, Oxford University Press.
- Murphy, Peter
 1989 "Between Romanticism and Republicanism: The Political Theory of Claude Lefort". *Thesis Eleven*, n.º 23.
- Naves, Márcio Bilharinho
 1994 "Marxismo e Capitalismo de Estado". *Crítica Marxista*, vol. 1, n.º 1.
- Nicolaus, Martin
 1975 *Restoration of Capitalism in the USSR*. Chicago, Liberator Press.
- Nove, Alec
 1977 *The Soviet Economic System*. Boston, Allen & Unwin.
 1984 *An Economic History of the USSR*. Middlesex, Penguin Books.
- Ohlweiler, Otto
 1982 "Acerca da Natureza da Formação Social na URSS". *Teoria e Política*, n.º 4.
- Pannekoek, Anton
 1940 "Why Past Revolutionary Movements Failed?". *Living Marxism*, outono.
 1970 *Workers' Councils*. Somerville, Kont & Branch.
 1975 *Lenin as a Philosopher*. Londres, Merlin.
- Pano, Aristotel
 1975 "A Capitalist Economy from Top to Bottom". *Albania Today*, n.º 4.
- Pavlov, B. et alli
 1977 *A República Popular da China e os Problemas de Fronteiras*. Lisboa, Estampa.

- PCCh (Partido Comunista Chinês)
- 1963 *A Proposal Concerning the General Line of the International Communist Movement*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- Pisier-Kouchner, Evelyne (ed.)
- 1983 *Les Interprétations du Stalinisme*. Paris, PUF.
- Rebello, José (ed.)
- 1975 *China País Capitalista ou Socialista*. Lisboa, Assírio & Alvim.
- Reichman, Henry
- 1988 "Reconsidering 'Stalinism'". *Theory and Society*, vol. 17, n.º 1.
- Reiman, Michal
- 1987 *The Birth of Stalinism: The USSR on the Eve of the "Second Revolution"*. Bloomington, Indiana University Press.
- Reis Filho, Daniel Aarão
- 1983 *URSS: O Socialismo Real (1921-1964)*. São Paulo, Brasiliense.
- 1994 *De Volta à Estação Finlândia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- Renmin Ribao e Hongqi (Departamentos Editoriais)
- 1963a *On the Question of Stalin*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1963b *Is Yugoslavia a Socialist Country?*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1964a *Peaceful Coexistence — Two Diametrically Opposed Policies*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1964b *On Khrushchov's Phoney Communism and Its Historical Lessons for the World*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1968 *How the Soviet Revisionists Carry Out All-Round Restoration of Capitalism in the USSR*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- 1970 *Leninism or Social-Imperialism?*. Pequim, Editora de Línguas Estrangeiras.
- Rio, Eugenio del
- 1981 *La Teoría de la Transición en Mao Tsetung*. Madri, Revolución.
- Rizzi, Bruno
- 1977 *L'URSS, Collectivisme Bureaucratique: La Bureaucratization du Monde*. Paris, Champ Libre.
- Rockmore, Thomas
- 1979 "Kolakowski and Markovic on Stalinism, Marxism and Marx". *Philosophy and Social Criticism*, vol. 6, n.º 3.
- Rosenberg, Arthur
- 1989 *História do Bolchevismo*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.
- Rosenberg, William e Siegelbaum, Lewis (eds.)
- 1993 *Social Dimensions of Soviet Industrialization*. Bloomington, Indiana University Press.
- Rossanda, Rossana
- 1992 "Para uma Análise Marxista da Crise das Sociedades do Leste Europeu", in R. P. Lyra (org.), *Socialismo: Impasses e Perspectivas*. São Paulo, Scritta.
- Rühle, Otto
- 1932 *La Crise Mondiale*. Paris, Gallimard.

- Salvadori, Massimo
 1986 "A Crítica Marxista ao Stalinismo", in E. Hobsbawm *et alii*, *História do Marxismo* — Vol. 7. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Schaff, Adam
 1992 "Unexplored Areas of Present-Day Socialism". *Socialism of the Future*, vol. I, n.º 1.
- Schachtman, Max
 1962 *The Bureaucratic Revolution*. New York, Donald.
- Schröder, Hans-Henning
 1992 "Upward Social Mobility and Mass Repression: The Communist Party and Soviet Society in the Thirties", in N. Lampert e G. Rittersporn (eds.), *Stalinism: Its Nature and Aftermath*. Londres, Macmillan.
- Schwarz, Roberto
 1992 "Um Livro Audacioso". *Folha de S. Paulo*, 17/5/1992.
- Seers, Dudley (ed.)
 1981 *Dependency Theory: A Critical Reassessment*. Londres, Frances Pinter.
- Shearman, P.
 1988 "Moderazione e Pragmatismo per un'Influenza Più Stabile". *Politica Internazionale*, n.º 3.
- Smart, D. A. (ed.)
 1978 *Pannekoek and Gorter's Marxism*. Londres, Pluto.
- Soljenítsin, Alexandr
 1973-1978 *The Gulag Archipelago, 1918-1956*. Londres, Collins/Fontana (3 vols.).
 1980 "Misconceptions about Russia Are a Threat to America". *Foreign Affairs*, Spring.
- Stalin, Josef
 1975 "Trotskyism or Leninism?", in J. Stalin, *On the Opposition*. Pequim, Editora em Línguas Estrangeiras.
 1977 "Balance del Primer Plan Quinquenal", in J. Stalin, *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Editora em Línguas Estrangeiras.
- Ticktin, Hillel
 1976 "The Contradictions of Soviet Society and Professor Bettelheim". *Critique*, n.º 6.
- Tiersky, Ronald
 1985 *Ordinary Stalinism: Democratic Centralism and the Question of Communist Political Development*. Londres, Allen & Unwin.
- Trotsky, Leon
 1975 "A 'Bloc' with Zinoviev (For a Diary)", in L. Trotsky, *The Challenge of the Left Opposition (1923-1925)*. New York, Pathfinder.
 1987 "Informe sobre a Nova Política Econômica e suas Condições", in A. Bertelli (org.), *A Nova Política Econômica (NEP)*. São Paulo, Global.
- Tsetung, Mao
 1977 *A Critique of Soviet Economics*. New York, Monthly Review.

- Tsukânov, Oleg
 1995 "A Essência e a Crise do Socialismo Feudal de Aparelho", in P. Vicente Sobrinho (org.), *Reflexões sobre a Desintegração do Comunismo Soviético*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Tucker, Robert
 1977 "Stalinism as Revolution from Above", in R. Tucker (ed.), *Stalinism*. New York, W. W. Norton.
- Ulam, Adam
 1963 *The New Face of Soviet Totalitarianism*. Cambridge, Harvard University Press.
 1976 *Os Bolcheviques*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Vodolazov, Grigori
 1990 "L'Essence et les Racines du Stalinisme". *Revue de Sciences Sociales en URSS*, n.º 3.
- Voline
 1990 *The Unknown Revolution*. Montréal, Black Rose.
- Wallerstein, Immanuel
 1974 "The Rise and Future Demise of the World Capitalist System". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, n.º 4.
 1974-1988 *The Modern World System*. New York, Academic Press (3 vols.).
 1979 *The Capitalist World-Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984a "Socialist States: Mercantilist Strategies and Revolutionary Objectives", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984b "Nationalism and the World Transition to Socialism: Is There a Crisis?", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1984c "Patterns and Prospectives of the Capitalist World-Economy", in I. Wallerstein, *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press.
 1985 *O Capitalismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense.
 1990 "Marx, Marxism-Leninism, and the Socialist Experiences in the Modern World-System". *Thesis Eleven*, n.º 27.
 1991 *Unthinking Social Science*. Cambridge, Polity Press.
- Yanowitch, Murray
 1977 *Social and Economic Inequality in the Soviet Union*. White Plains, M. E. Sharpe.
- Zaslavskaja, Tatiana
 1990 "Perestroika e Socialismo", in L. Pomeranz (org.), *Perestroika: Desafios da Transformação Social na URSS*. São Paulo, EDUSP.
- Zaslavsky, Victor
 1982 *The Neo-Stalinist State*. New York, Sharpe.
 1984 "Soviet Society and the World Systems Analysis". *Telos*, n.º 62.

Resumo

Leituras do Leste III. Parte Final: As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo.

Conclui uma seqüência de três artigos em que foram examinadas criticamente as principais teorias sobre as sociedades e os Estados que compunham o antigo "campo socialista" no Leste. O presente

artigo focaliza as distintas interpretações marxistas que identificaram a (re)emergência do capitalismo nessas sociedades já antes da “queda do muro” em 1989/1991. A resenha dessas leituras abrange a formulação original do conceito de “capitalismo de Estado” por Friedrich Engels e sua recuperação por Lênin e a liderança do Partido Bolchevique no início do século; as considerações social-democratas sobre a natureza burguesa da revolução soviética nos anos 20 (destacando as considerações de Karl Kautsky e dos mencheviques russos); a crítica dos comunistas *conselhistas* à experiência soviética (as posições de Herman Gorter, Anton Pannekoek, do KAPD alemão, de Karl Korsch, Arthur Rosenberg, Otto Ruhle e Paul Mattick); as reflexões de uma segunda vertente de “trotskistas dissidentes” (Raia Dunaievskaja, C. L. R. James e Tony Cliff); a teorização desenvolvida no âmbito do Grupo *Socialismo ou Barbárie* (com destaque para Cornelius Castoriadis e Claude Lefort); as teses maoístas e pós-maoístas (as posições oficiais do PC Chinês e do Partido do Trabalho da Albânia nos anos 60 e 70, além das reflexões desenvolvidas por Charles Bettelheim e Bernard Chavance); e a teorização desenvolvida a partir de perspectivas “mundial-sistêmicas” (como a de Immanuel Wallerstein e Robert Kurz). Ao final, é examinado criticamente o refúgio problemático da maior parte das interpretações marxistas (redesenhadas neste artigo e no anterior) sobre o conceito de stalinismo. Argumenta-se que este refúgio representa muito mais uma fuga dos problemas fundamentais que determinam a presente crise teórica do pensamento marxista do que uma tentativa corajosa de enfocá-los à luz da experiência negativa das primeiras experiências socialistas do nosso século.

Abstract

Interpretations of the East III: The Debate on the Nature of Soviet-Style Societies and States (Final Part: Interpretations Centered Around the Prevalence of State and/or Bureaucratic Capitalism and the Problematic Convergence Regarding the Concept of Stalinism)

This is the last in a series of three articles critiquing today's main theories on the societies and States formerly belonging to the East's socialist camp. This final article focuses on different Marxist interpretations that had identified the (re)emergence of capitalism within these societies even before the 1989-91 tumbling of the Berlin wall. The review of these readings encompasses (1) Friedrich Engels' original formulation of the State capitalism concept and its later resuscitation by Lenin and the Bolshevik party leadership in the early years of this century; (2) social-democratic views regarding the bourgeois nature of the Soviet revolution during the 1920s (highlighting the perspectives of Karl Kautsky and the Russian Mensheviks); (3) criticisms of the Soviet experience by the so-called council Communists (i.e., the positions of Herman Gorter, Anton Pannekoek, Germany's KAPD, Karl Korsch, Arthur Rosenberg, Otto Ruhle, and Paul Mattick); (4) the stances of a second line of 'dissident Trotskyists' (Raia Dunaievskaja, C.L.R. James, and Tony Cliff); (5) the theories developed by the Socialism or Barbarism group (particularly Cornelius Castoriadis and Claude Lefort); (6) Maoist and post-Maoist theses (the official positions of the Chinese C.P. and the Albanian Labor Party during the 1960s and 1970s, plus the ideas developed by Charles Bettelheim and Bernard Chavance); and (7) positions grounded in world-system theory (Immanuel Wallerstein and Robert Kurz, for example). The article closes with a critical examination of the problematic recourse used in most Marxist interpretations of the concept of *Stalinism* (reviews found in this and my previous article). It is argued that this recourse is more an escape from the fundamental problems underlying the current theoretical crisis in Marxist thinking than any courageous effort to examine these problems from the angle of the negative experience of this century's first experiments in socialism.